



Instituto Politécnico de Portalegre

Escola Superior de Educação de Portalegre

Dissertação de Mestrado em Educação e Proteção e Crianças e Jovens em Risco

Crianças em Situação de Risco Social: Perceção dos Docentes

**Um contributo para a proteção e promoção dos direitos
das crianças**

Ana Cristina Figueira

Orientadora: Dra. Maria José Martins

Dezembro

2014

Instituto Politécnico de Portalegre

Escola Superior de Educação de Portalegre

Dissertação de Mestrado em Educação e Proteção e Crianças e Jovens em Risco

**Crianças em Situação de Risco Social: Perceção dos
Docentes**

**Um contributo para a proteção e promoção dos direitos
das crianças**

Ana Cristina Figueira

Orientadora: Dra. Maria José Martins

Dezembro

2014

Contra o Abuso das Crianças

“Estejam sempre vigilantes, peçam responsabilidades aos governos, lutem pela paz e pela justiça. Não descansem nem por um momento, pois não há circunstância alguma em que a negligência ou o abuso de crianças possa ser tolerado. (...)”

Nelson Mandela, in “Discurso (2000) ”

Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer ao Professor José Manuel Ranita Ruas, Diretor do Agrupamento de Escolas do Crato e ao Professor José António Januário, Subdiretor do Agrupamento, que permitiram e me apoiaram na realização deste meu trabalho no Agrupamento. À docente Dr.^a Maria José Martins, orientadora de dissertação, agradeço a orientação e a disponibilidade dispensada.

Em segundo agradeço aos professores do Agrupamento de Escolas do Crato, pela disponibilidade que tiveram ao responderem aos meus questionários. Um agradecimento especial aos meus colegas e Chefe de Secção que sempre me apoiaram e incentivaram ao longo deste percurso.

Deixo também um agradecimento especial aos professores, que ao longo destes anos me transmitiram os seus conhecimentos.

Quero também agradecer à minha mãe, irmã, ao meu tio e à minha tia que esteja onde estiver, sei que está a olhar por mim, que sempre me ajudaram a apoiaram sempre que eu precisei.

Agradeço e dedico aos amores da minha vida, os meus filhos, pelo apoio, dedicação e carinho, e pela forma compreensiva que prescindiram dos meus cuidados enquanto mãe.

Por fim, quero agradecer ao João, que me ensinou o que era o verdadeiro amor entre um homem e uma mulher e pelo seu apoio nesta fase tão importante da minha vida.

A todos o meu obrigado

Índice

<i>Agradecimentos</i>	3
ÍNDICE DE TABELAS	6
INTRODUÇÃO	7
RESUMO	8
ABSTRACT	9
CAPÍTULO 1	10
1.1 A Infância	10
1.2 A Evolução histórica do conceito de infância	11
CAPÍTULO 2	13
2.1 A história dos maus tratos	13
2.2 A realidade portuguesa	15
2.3 A conceitualização dos maus tratos e os tipos de maus tratos	15
2.4 Consequências dos maus tratos na criança	18
2.5 Condições de Risco e de Proteção	20
2.6 Tipos de Risco e Fatores	20
2.7. Fatores de Proteção	21
CAPÍTULO 3	23
3.1 Definição do conceito escola	23
3.2 A Escola na Sociedade Atual	24
3.3. Educação inclusiva	25
3.4. A criança no contexto escolar	25
3.5 Ação Social Escolar	26
CAPÍTULO 4	28
4.1 Sistema de Proteção à Infância	28
4.2 Intervenção no âmbito das comissões de proteção	29
4.3. Sistema de proteção à infância em Portugal na atualidade	31
4.3.1. O Direito das Crianças à Proteção	31
4.6. Composição da CPCJ do Crato	33
CAPÍTULO 5	35
Finalidade e Objetivos	35
Metodologia	36
5.1. Participantes	36
5.2. Instrumento	37
5.3. Apresentação dos Resultados	41
5.4. Análise de fidelidade	43
5.5. Estatística descritiva	46
5.6. Diferenças nas subescalas em função do género	52
5.7. Diferenças nas subescalas em função de ser beneficiário ou não da ação social escolar	53
CAPÍTULO 6	62
Conclusão e discussão	62
Referências Bibliográficas	66

ANEXOS.....	68
--------------------	-----------

Índice de tabelas

Tabela 1- itens que compõem a subescala do maltrato ativo, Díaz-Aguado e Arias (1999, p67)	39
Tabela 2- itens que compõem a subescala da negligência, Díaz-Aguado e Arias (1999,p69).....	40
Tabela 3- itens que compõem a subescala dos problemas emocionais, Díaz-Aguado e Arias (1999,p.70).....	40
Tabela 4- itens que compõem a subescala das condutas anti-sociais, Díaz-Aguado e Arias (1999,p.71)	41
Tabela 5- género e nível de escolaridade.....	42
Tabela 6- fidelidade da escala total	44
Tabela 7- análise item a item de fidelidade da escala	44
Tabela 8- descritiva dos itens da escala do maltrato ativo	47
Tabela 9- descritiva dos itens da subescala dos problemas emocionais	49
Tabela 10- descritiva dos itens da subescala da negligência.....	50
Tabela 11- descritiva dos itens da subescala das condutas anti-sociais	51
Tabela 12- tipo de risco social e género	52
Tabela 13- tipo de risco social percebido pelos docentes e ação social escolar	54
Tabela 14- tipo de risco social e sucesso escolar	55
Tabela 15- tipo de risco social e nível escolaridade.....	56
Tabela 16- teste anova em função do nível de escolaridade	57
Tabela 17-significância das diferenças entre os diferentes níveis de escolaridade	58
Tabela 18-estudo comparativo	60
Tabela 19- correlações	61

Introdução

Este trabalho tem como tema “Crianças em Situação de Risco Social: Percepção dos Docentes” e tem como objetivo tentar conhecer a frequência de alunos do Agrupamento de Escolas do Crato em situação de risco social, bem como os tipos de risco que poderão estar a viver.

O trabalho está organizado em seis capítulos, centrando-se o primeiro capítulo na história da infância e a evolução histórica do próprio conceito.

No segundo e terceiro capítulos apresenta-se toda a fundamentação teórica que serve de suporte ao desenvolvimento deste trabalho, dando especial atenção aos maus tratos, à lei de proteção à infância.

Já no quarto capítulo é apresentada toda a fundamentação teórica relativa à escola e de como a criança se integra e interage neste meio. Pois sendo a escola uma instituição de primeira linha é importante realçar a sua importância na vida das crianças e no meio social.

O quinto capítulo consiste numa breve fundamentação teórica sobre a escola, as crianças na escola, assim como, a educação inclusiva e a descrição dos Serviços de Ação Social Escolar.

No sexto e último capítulo apresenta a metodologia utilizada, bem como os resultados obtidos.

Finaliza-se com a lista de referências bibliográficas, seguida dos anexos.

Palavras-chave: proteção; promoção; maus tratos; risco social.

Resumo

Este trabalho tem como tema “Crianças em Situação de Risco Social: Percepção dos Docentes. Um contributo para a proteção e promoção dos direitos das crianças” e tem como objetivo tentar conhecer a frequência de alunos do Agrupamento de Escolas do Crato em situação de risco social, bem como os tipos de risco que poderão estar a viver.

O Agrupamento de Escolas do Crato é constituído por duas escolas que são elas: a Escola Básica Integrada com Jardim de Infância Professora Ana Maria Ferreira Gordo e a Escola Básica 1 de Gáfete. Neste agrupamento encontra-se em funcionamento o jardim-de-infância, o 1.º ciclo, 2.º ciclo e o 3.º ciclo.

A amostra é constituída pelos docentes do 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, os quais responderam a um questionário por cada aluno, num total de 232 alunos, ou seja, todos os alunos a frequentar o 1.º ou o 2.º ou o 3.º ciclos do ensino básico, excluindo-se apenas as crianças do pré-escolar, abrangendo-se assim toda a população do ensino básico.

O instrumento utilizado neste estudo quantitativo foi adaptado do questionário de Díaz-Aguado e Arias (1999) validado na Universidade de Complutense de Madrid, e permitiu identificar vários tipos de risco social (maltrato ativo, problemas emocionais, negligência e condutas anti-sociais) bem como caracterizar algumas das variáveis que se associam a estes problemas no concelho do Crato. Algumas das principais conclusões foram as seguintes: as crianças que eram percecionadas como estando em maior risco social frequentavam o 3.º Ciclo, eram beneficiárias de ação social escolar e tinham mais insucesso escolar.

Abstract

This work has the theme "Children in Social Risk Situation: Perception of Teachers. A contribution to the protection and promotion of children's rights "and aims to get to know the frequency of students Crato Schools Group in social risk, and the types of risk that could be living.

The Crato Schools Group consists in two schools that they are: Basic Integrated School with kindergarten teacher Ana Maria Ferreira Gordo and the Basic School 1 Gáfete. This cluster is running the garden for children, the 1st. cycle 2nd. and the 3rd cycle.

The sample consists on the opinion of the 1st, 2nd and 3rd cycles teachers of basic education, which answered a questionnaire for each student, in a total of 232 students, that is, all students attending 1.º, 2.º or 3.º cycles of basic education, excluding only the children of the preschool, thus covering up the entire primary school population.

The instrument used in this quantitative study, was adapted from Díaz-Aguado questionnaire and Arias (1999) validated at the University Complutense of Madrid, and identified several types of social risk (active abuse, emotional problems, neglect and antisocial behavior) and as characterize some of the variables that are associated with these problems in Crato the county. Some key findings were: children's who were perceived as being a greater social risk attending the 3rd cycle, were beneficiaries of school social work and had more school failure.

Capítulo 1

1.1 A Infância

Desde os tempos mais remotos que a infância tem sido motivo de preocupações principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento de cada indivíduo.

Segundo Machado (1997) citado por Reis (2009) os termos bebé e criança, foram adotados muito recentemente referindo-se, o primeiro, às crianças de colo, sendo a sua origem do francês, do nome dado a um anão da corte do rei da Polónia Estanislau Leszczyński, e o segundo, define o ser humano que se começa a criar, pessoa de pouco juízo ou ingénua. A criança, por si só, só foi de estudo de estudo muito tardiamente, assim, justifica-se a razão pela qual estes pequenos seres humanos só serem reconhecidos na época da Renascença, pois até essa época eram ignorados ou então maltratados.

Ainda segundo Shorter, 1995; Cassey, 1996 citados por Reis (2009), até meados do século XV, as crianças viviam em completo isolamento. Estas crianças eram abandonadas pelos pais e passavam largas horas a fio, enfaixados e apertados em cueiros, sem que tivessem o cuidado de lhes fazerem a sua higiene pessoal periodicamente para daí não surgirem consequências graves para as crianças.

Segundo Reis (2009) que refere vários autores, foi no século XVI que a criança começou a ser alvo de estudo, embora com maior realce a partir do século XVII por parte de pedagogos, teólogos e médicos. A criança até ao século XVII era insignificante quer no seio familiar quer na sociedade, pois eram considerados indivíduos indesejados e que perturbavam a vida dos adultos no seu dia-a-dia.

Ainda segundo o mesmo autor que cita Plumb (1985), refere que as atitudes para com as crianças até ao final do século XVIII eram muito cruéis e que foi a partir desta altura que as atitudes para com as crianças começaram a mudar e que segundo a sua opinião foi quando os pais começaram a ter uma relação mais próxima com os filhos, embora não tivessem ainda adquirido qualquer direito por serem crianças, pois eram visto como objetos e não como seres humanos.

Com o século XVII cria-se todo um conjunto de mudanças no comportamento dos adultos em relação às crianças, saliente-se que foi a partir desta altura que a amamentação ao

peito começou a ser implementada, criando-se assim laços de afeto e amor materno dando origem a um novo estatuto da relação entre pais e filhos.

1.2 A Evolução histórica do conceito de infância

Canha (2003), refere que “ *as crianças são, por natureza, seres frágeis, dependentes e indefesos, o que as torna particularmente vulneráveis a todo o tipo de violência, abuso ou exploração*”. Assim, ao fazermos uma retrospectiva, verificamos que a criança nem sempre teve o seu lugar na sociedade e que as práticas de violência e maus tratos contra elas eram atos recorrentes, admissíveis na sociedade e que atualmente são consideradas atos inaceitáveis.

Ao analisar a História Universal, Canha (2003) refere que num passado recente que a maneira de tratar uma criança era muito violenta, forma esta que é inadmissível na atualidade. No entanto, para se chegar à nossa realidade, foi necessário que, hábitos e mentalidades fossem alterados, tanto a nível social ou cultural e que a sensibilidade estivesse mais refinada perante as crianças para que fosse possível o “ *reconhecimento da sua individualidade, primeiro, e dos seus direitos próprios*”.

Ainda segundo o mesmo autor, não podemos esquecer “ do conhecimento das necessidades básicas das crianças, o seu reconhecimento como ser autónomo e interativo desde o nascimento; a importância do meio ambiente e da vinculação mãe-filho no seu crescimento e desenvolvimento são aquisições recentes”. Com estes novos modelos comportamentais valorizou-se a estimulação e proteção das crianças.

Segundo Magalhães (2005) o infanticídio era uma prática recorrente, por diversas razões entre as quais as crenças religiosas, pois por vezes sacrificavam as crianças para demonstrar a sua gratidão para com os Deuses, ou ainda para erradicar os filhos ilegítimos, tal como os bebés prematuros com portadores de algum tipo de deficiência ou ainda para controlar a natalidade.

Magalhães (2005) refere que os recém-nascidos eram sacrificados em altares próprios, abandonados nus ou atirados á parede. Na Grécia e em Roma as crianças eram usadas para

prostituição e que existia casas próprias e que na Babilónia as crianças também eram alvo de prostituição mas em templos.

Se por um lado as crianças eram vistas como sendo seres de uma natureza pouco estruturada, como sendo moldáveis, ensináveis, ignorantes, desconhecedoras, sem capacidade para pensar e corruptíveis, por outro, também eram consideradas brincalhonas, divertidas, ternas, encantadoras, adoráveis, inocentes e curiosas (Borstelmann, 1983) citado por Reis (2009).

Capítulo 2

2.1 A história dos maus tratos

Reis, (2009), refere que as crianças, por serem um dos elementos do agregado familiar mais vulnerável e incapazes de se defenderem, são as que mais estão mais expostas á violência doméstica, abuso ou qualquer outra forma de exploração. Desde os tempos mais remotos que se verifica a forma violenta e brutal como se trata e abandonam as crianças. Ao longo da história da humanidade abusar da criança era uma realidade constante que existe na raça humana. Os maus-tratos infantis existem desde a Antiguidade em todo o mundo, estes sob o olhar atual, são classificados como verdadeiras desumanidades, mas nessa época eram vistos como comportamentos corretos e aceites pela sociedade. As crianças ao longo dos tempos foram abandonadas, vendidas como escravas ou exploradas sexualmente. O infanticídio foi desde sempre praticado em todas as culturas ocidentais e orientais, pois além de ser socialmente aceite e em certas alturas até obrigatório, foi utilizado como uma forma de extinguir todos os recém-nascidos com defeitos físicos, fracos ou prematuros. Todos conhecem as referências bíblicas ao sacrifício de crianças com idade inferior aos dois anos. Na Grécia, também os primogénitos eram utilizados muitas vezes como bodes expiatórios e sacrificados para darem sorte aos seus pais para estes vencerem no campo de batalha. Em Esparta, a Assembleia de Idosos apreciavam o nascimento dos recém-nascidos, e se esta Assembleia decidisse que não eram necessários, eram abandonados no cimo das montanhas constituindo alimento de animais. Na Roma Antiga estes além de serem sacrificados em altares próprios para o efeito, eram atirados contra as paredes. Na antiguidade, o infanticídio era pois uma prática recorrente que se verificava nas culturas orientais e ocidentais até ao século IV d.c. Realizavam-se por vários motivos, entre as quais: eliminar filhos ilegítimos, deficientes ou prematuros; justificar as crenças religiosas (salvar a vida do rei, acalmar a fúria dos deuses e sobretudo demonstrar devoção) e para controlar a natalidade: “na antiga Grécia existiam casas onde era costume sacrificar primogénito quando a vida do rei estava em perigo, conseguindo com esta imolação acalmar a fúria dos deuses” (Gallardo, 1994, p.19). A criança foi pois durante muitos séculos, vítima de abandono, vendida como escrava, explorada sexualmente ou pelo trabalho ou obrigada à mendicância. DeMause (1974, citado por Magalhães, 2005, p.25) divide a história da criança em seis fases:

- a) Fase do infanticídio (desde a antiguidade até ao século III)
- b) Fase do abandono (do século IV ao século XIII);
- c) Fase da ambivalência (do século XIV ao século XVII);
- d) Fase da intrusão (século XVIII);
- e) Fase da socialização (século XIX e primeira metade do século XX);
- f) Fase da ajuda (desde a segunda metade do século XX).

Com o surgimento do Cristianismo verificou-se uma mudança significativa nas atitudes da sociedade perante as crianças. O Imperador Constantino, foi o mentor da primeira lei contra o infanticídio, tendo influenciado o percurso histórico da problemática da violência exercida sobre as crianças, pois contribuiu para a redução dos casos de que eram vítimas através do reconhecimento dos seus direitos. Na Idade Média os castigos humilhantes, consistia numa forma de educação das crianças. As numerosas guerras e a precariedade económica conduziam ao abandono e infanticídio das crianças dos grupos mais carenciados. Entre os séculos XIV e XVII, as crianças que até esta altura eram entregues a uma ama ou instituição, começaram a fazer parte da vida afetiva da família e posteriormente surgiram instituições para as proteger e educar recomendando assim à moderação da prática do castigo físico. Assim, afirmar que até ao séc. XVII, a criança detinha um papel insignificante, quer na família quer na sociedade e não existia distinção entre crianças e adultos, pois efetuavam todo o tipo de trabalho, divertimentos e até roupa, havia pouca preocupação com a idade cronológica e muita gente não sabia a sua idade e a dos seus filhos, pois nesse tempo eram raros os registos exatos de nascimento. Muitas crianças morriam e eram enterradas sem o conhecimento de ninguém, principalmente crianças nascidas de relações sexuais fora do casamento. No século XVIII verificou-se uma mudança significativa das condições higienosanitárias, por consequência o infanticídio e a mortalidade infantil diminuíram.

No decorrer deste século XVIII e início do seguinte, muitas crianças eram levadas para instituições como medida de proteção. Como podemos verificar, foi a partir do século XVII que surgiram os primeiros defensores das crianças que condenavam os maus tratos a crianças. Segundo Magalhães (2005), por exemplo, Sir Tomas More mostra-se contra o “açoite”, substituindo-o por penas de pavão. Já no século XVIII Lock defende uma maior tolerância com as crianças, contudo Rousseau vai mais longe, sendo um dos primeiros a

defender mesmo o fim do castigo corporal, reconhecendo que a criança é um ser digno de direitos.

2.2 A realidade portuguesa

Segundo Lopes (1993) citado por Reis (2009), foi no final do século XIII que surgiu o primeiro hospital para crianças órfãs e enjeitadas “o Hospital dos Meninos de Lisboa.

Já no século XIV (1321) surge em Santarém o Hospital dos Meninos e no século XVI o Hospital de Todos os Santos, cuja administração pertencia à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que acolhia crianças mas também as suas amas. A partir desta altura as crianças abandonadas a ser protegidas pelas autoridades municipais em parceria com as misericórdias. Este acolhimento foi assumido de forma gradual, tendo a Instituição de Apoio à Criança foi tomando contornos mais específicos, ao ponto de integrar a responsabilidade pela formação profissional das crianças desprotegidas, de acordo com Reis (2009) que cita Lopes.

Em 1780 foi criada a Casa Pia de Lisboa e recolhia mendigos de todas as idades e posteriormente dedicou-se ao acolhimento de crianças e jovens que se encontravam abandonados.

Em 1867 foram extintas as Rodas, sendo criados os hospícios onde cada criança tinha a sua situação analisada individualmente. Eram acolhidos nestas instituições crianças que tinham sido abandonadas pelos mais diversos motivos, tais como: crianças filhas de pais incógnitos, abandonados (crianças com pais conhecidos que desapareceram sem deixar ninguém para cuidar delas) e desvalidos (crianças com pais que por morte, prisão, degredo, avançada idade ou moléstia não as podiam alimentar, etc.).

Ainda segundo Reis (2009) que cita Lopes, 2004, foi em 1834, que surgiu a Associação das Casas de Asilo da Infância Desvalida, que tinha por missão acolher crianças de forma a “*proteger honras familiares*” e acolher as crianças de famílias mais carenciadas.

2.3 A concetualização dos maus tratos e os tipos de maus tratos

De acordo com Martins (2012) as crianças e jovens em risco são crianças ou adolescentes que estão expostas ou que têm uma forte possibilidade de vir a estar expostas a situações de

violência ou que são perpetradoras de violência, estas situações podem ocorrer no meio familiar ou comunitário. As consequências podem ser nefastas, podem verificar-se aos níveis da saúde física, mental, na dependência de substâncias ilícitas, delinquência ou morte.

Com esta exposição ao risco, as crianças ou jovens ocorrem também na possibilidade de se tornarem adultos maltratantes, devido à transmissão intergeracional da violência.

Segundo a CNPCJR, as crianças ou jovens em perigo são aquelas que sofrem maus tratos de forma continuada e onde se verifique a ausência dos fatores de proteção.

Magalhães (2005) define o conceito de maus tratos como sendo o abuso de poder, quer seja poder físico, material, emocional ou outros. Em que todos os atos de violência são condenáveis especialmente quando praticados contra os mais fracos e desprotegidos, que é o caso das crianças. A violência física é a que se torna mais visível, no entanto, existem outros tipos de violências também nefastas e prejudiciais.

Relativamente aos maus tratos físicos Magalhães (2005), define-os como sendo o uso da força de forma intencional ou não por parte dos pais ou dos prestadores de cuidados, com a intenção de ferir ou de magoar.

O mau trato físico pode traduzir-se através de agressão ou espancamento da, incluindo vários tipos de traumatismos como, equimoses, hematomas, queimaduras, fraturas, sufocação, afogamento, intoxicação, traumatismos crânio-encefálicos, lesão interna de órgãos e envenenamento.

Por vezes, as vítimas de maus tratos podem revelar sinais ou sintomas indicativos de maus tratos.

Estes indicadores devem ser tidos em conta como indicadores da possibilidade de existência de uma situação deste tipo. No caso dos maus-tratos físicos, alguns sinais mais comuns são: lesões com diversos tempos de evolução; lesões em locais pouco comuns aos traumatismos de tipo accidental, para a faixa etária da criança; lesões com diferentes localizações; lesões desenhando marcas de objetos (fivela de cinto); queimaduras ou cicatrizes destas, com bordos nítidos e com localizações múltiplas, sobretudo na palma das mãos, planta dos pés, genitais e nádegas; marcas de mordeduras; perda de cabelo; sequelas de traumatismos antigos de que não é conhecida a história; intoxicação; doenças recorrentes inexplicáveis, etc.

Segundo Magalhães (2005), o abuso psicológico ou emocional consiste num ato de natureza intencional caracterizado pela ausência ou inadequação, persistente ou significativa, ativa ou passiva, do suporte afetivo e do reconhecimento das necessidades emocionais.

Nesta tipologia de abusos está presente os efeitos negativos no desenvolvimento físico e psicossocial, bem como a estabilidade de competências emocionais e sociais, com a consequência de levar à diminuição da auto-estima do indivíduo.

O abusador dos maus tratos psicológicos ou emocionais.

Para Calheiros (2006), o mau trato moral ou educacional consiste quando se verifica a falta de *“cuidados mínimos com a integração da criança na sociedade, assegurando uma educação adequada e, evitando que a criança seja exposta ou envolvida em atividade ilegais ou em atividades que podem levar para à delinquência ou comportamento anti-social”*.

Ainda segundo o mesmo autor, o abuso sexual, verifica-se *“quando existe contato ou tentativa de contato sexual entre um adulto e a criança como intuito de satisfazer sexual ou de obter ganhos económicos. Em caso de se verificar abuso sexual, considera-se que a pessoa responsável, educador ou adulto, qualquer outro membro da família ou uma pessoa amiga que tenha uma relação com a criança.*

Neste tipo de abuso pode se verificar coerção física ou psicológica na tentativa de os adultos envolverem a criança na atividade sexual. No caso de danos físicos que ocorrem como resultado direto do abuso sexual são cotados no abuso sexual (lesões vaginais e retais), outros danos físicos que resultam de forçar a criança para a atividade sexual devem ser cotados como mau trato físico”.

No seguimento da opinião de Calheiros (2006), negligência física, falta de provisão acontece quando *“a negligência física no que concerne à falta de provisão está sinalizada como sendo, quando o adulto falha nos cuidados básicos ou mínimos para o bem-estar da criança. Verifica-se este tipo de mau trato quando as famílias se encontram abaixo do limiar da pobreza e não recorrem aos recursos sociais para colmatar as dificuldades e desta forma darem resposta às necessidades básicas das crianças (alimentação, vestuário, cuidados de saúde física e mental, etc.) ”*

Para Calheiros (2006), a negligência física, falta de supervisão, verifica-se *“quando os progenitores não tomam as devidas precauções para assegurar a segurança da criança, seja em casa ou no seu exterior. Esta ausência de cuidados pode incluir que a criança seja exposta aos perigos em área pouco seguras ou acompanhadas por alguém com antecedentes violentos.”*

2.4 Consequências dos maus tratos na criança

Segundo Humphreys (1993) e Emery (1989) citados por Sani (2002), as crianças que se encontram expostas regularmente à violência, podem sofrer graves perturbações, quer sejam perturbações físicas ou psicológicas, ou seja, numa criança com idade inferior a 12 meses manifestam o impacto da violência através do choro. As crianças podem não entender a causa das discussões, mas usam a sua sensibilidade que está alerta e sentem a falta de atenção, carinho e dos cuidados do seu cuidador. A falta de atenção às suas necessidades básicas, como a alimentação, a higiene e a sua rotina do sono podem se ressentir dando origem ao stress provocado pelos conflitos conjugais a que é submetido. Assim, é natural que as queixas por parte da criança comecem a ser sentidas, tais como: as reações de medo, os distúrbios de sono, os problemas de alimentação, os comportamentos regressivos (voltar a chuchar no dedo, enurese) são mais evidentes em idades pré-escolares, tal como refere Hughes 1996 citado por Jaffe, Wolfe & Wilson, 1990), Margolin & Gordis (2000) e Wolfe & Korsch, (1994) citados por Sani (2002). No caso de crianças mais velhas têm menos capacidades de desenvolvimento para exprimir as suas emoções respetivamente aos processos cognitivos e para avaliar a informação ambiental, estão mais dependentes dos pais ou cuidadores para perceber o que se passa em seu redor, não tendo a capacidade de interagir com o meio sem estar dependente de outros. Margolin & Gordis (2000) citado por Sani, que as crianças com idade escolar têm enfrentar outros desafios para se adaptarem ao meio ambiente escolar e com os seus colegas, tendo a necessidade de controlar os seus sentimentos, demonstrar empatia pela comunidade escolar. E que as crianças a partir dos 6 anos de idade uma maior capacidade para resolver os problemas, envolvendo-se de forma direta para que os seus progenitores terminem a discussão, (Cummings & Davies, 1994; Jenkins & Bucci, 2000), citado por Sani. Assim, estas crianças, de acordo com Sudermann e Jaffe (1999) citado por Sani, podem vir a estigmatizadas com Desordem de Déficit de Atenção por Hiperatividade, sem que tenha tido em conta as experiências traumatizantes vivenciadas por elas no seio familiar. Estas crianças também revelam grandes dificuldades nas suas relações com os pares, pois o seu nível de auto-estima é muito reduzido, sentindo-se por vezes com falta de motivação para participar nas tarefas escolares inerentes ao seu desenvolvimento

De acordo com Reis (2009) que cita vários autores que as consequências dos maus-tratos têm origem num padrão de vinculação desorganizado, com défices no desenvolvimento

intelectual, cognitivo, social, físico e sexual, dificuldades na regulação emocional, baixa auto-estima, problemas interpessoais em contexto escolar e familiar. Ainda, segundo Cicchetti (2002) citado por Reis (2009), os maus tratos podem trazer sintomas dissociativos, com tendências suicidas e desenvolvimento de perturbações psicológicas, quer na infância, quer na idade adulta.

As crianças que se encontram expostas regularmente aos maus tratos, podem sofrer graves perturbações, quer sejam perturbações físicas ou psicológicas, dependendo também do grau de gravidade, a duração a que é exposto, a idade da criança, assim como o tipo de relação que a criança tem com o agressor. Os maus tratos infligidos nas crianças dentro do seio familiar são os que originam consequências mais graves, pois verifica uma quebra profunda de confiança e uma perda de segurança em casa, o que leva a um atraso no seu desenvolvimento cognitivo, segundo refere Reis (2009) que cita Magalhães.

Há que ter em consideração os fatores de risco, o facto de a criança poder estar exposta a vários fatores de stress. Esses fatores que influenciam negativamente as familiares multi-problemáticas ou disfuncionais podem ser os mais variados, quer de ordem sócio económica, cultural, psicopatologia dos pais, o flagelo do desemprego, dependência de substâncias, alcoolismo, etc.

Magalhães (2002) e Alberto (2004) citados por Reis (2009), que referem consequências físicas e psicossociais, das quais a destacar:

Nível orgânico/físico – caracteriza-se por défice de produção de hormonas de crescimento, o que provoca atrasos significativos no desenvolvimento físico, cognitivo e afetivo; e ainda em situações em que a criança é sacudida, pode dar origem a hemorragias cerebrais que poderão levar à morte ou provocar lesões profundas.

Nível cognitivo – caracteriza-se por baixo desenvolvimento cognitivo e baixo desenvolvimento a nível da linguagem, assim como a criança demonstrar uma atitude passiva e pouco interessada no dia-a-dia.

Nível afetivo – apresentam um baixo nível de auto-estima, sensações de medo, angústia e raiva, disfunções sexuais, ideação e/ou tentativas de suicídio.

Nível comportamental – as crianças que apresentam consequências a nível do comportamento, têm dificuldade em estabelecer relações interpessoais, têm uma pré-disposição à violência, não conseguem interpretar os seus sentimentos, conduta anti-social e delinquentes e têm um baixo nível de percepção e aceitação em relação às normas sociais e morais.

Nível psicopatológico - existência de neurose, depressão, psicose, transtornos múltiplos da personalidade.

2.5 Condições de Risco e de Proteção

De acordo com Díaz-Aguado e Arias (1999) o conceito de prevenção deriva da área médica- epidemiológico, e só começou a revelar-se importante a partir do início do século, distinguido - se assim três níveis de prevenção.

- A **prevenção primária** tem por objetivo reduzir o número de novos casos identificados de uma determinada condição ou problema na população (incidência).
- A **prevenção secundária** tem por objetivo reduzir o número de casos existentes, identificados com um determinado problema, atuando após o seu aparecimento, mas antes de estar totalmente desenvolvido (prevalência).
- A **prevenção terciária**: tem por objetivo reduzir as complicações associadas a problemas ou a condições identificadas, limitar ou reduzir os efeitos de uma alteração ou incapacidade, atuando quando estes já estão instalados.

2.6 Tipos de Risco e Fatores

Segundo Fonseca (2004) citado por Reis (2009), “fator de risco”, consiste nas condições, elementos, que podem aumentar a probabilidade de ocorrência das situações de perigo. São correlações e, algumas vezes causas, que se dividem por características individuais, de vida específicas ou fatores de ordem contextual. Estes fatores podem funcionar como indicadores e, aparecem muitas vezes associados. Esta associação faz com que se verifiquem situações de maus-tratos.

Os fatores de risco, podemos dividi-los em: risco individuais e no grupo de pares e, os fatores de risco comunitários/sociais.

Os fatores individuais ou no grupo de pares relacionam-se com a dependência de drogas ou a exposição às drogas ou outro tipo de patologia. No entanto, este tipo de fator de risco também pode ser considerado um risco familiar, quando a criança está exposta aos

conflitos familiares, divórcio dos pais, exposição ao consumo de drogas, álcool, a uma má gestão familiar, a práticas educativas desadequadas ou abuso físico.

Relativamente aos fatores de risco individual e de pares prendem-se com questões de saúde mental ou outro tipo de psicopatologia, como a hiperatividade, o défice de atenção, entre outros.

Reis (2009) refere que alguns autores consideram vários tipos de risco, nomeadamente:

Risco estabelecido

Está relacionado com problemas físicos ou mentais graves que possam originar atrasos no desenvolvimento, tais como Síndrome de Down, anomalias cromossómicas, alterações sensoriais, microcefalias, paralisias cerebrais, etc.

Risco Biológico

Está relacionado com problemas verificados na criança durante os períodos pré e pós natais que resultaram em problemas de desenvolvimento, tais como baixo peso à nascença, nascimento prematuro, doença metabólica, etc.

Risco Ambiental

Está relacionado com problemas resultantes de experiências precoces tais como cuidados maternos e familiares, cuidados de saúde, nutrição, oportunidades de estimulação física, social e de adaptação, etc.

2.7. Fatores de Proteção

Segundo Richman & Fraser (2001) citados por Ribeiro (2003) consideram que os fatores de proteção podem ser características individuais ou ambientais que ajudam a criança/jovem a resistirem aos riscos a que estão expostos. Estes fatores têm como tendência atrasar ou mesmo eliminar os aspetos negativos e podem dividir-se em três categorias: individuais, familiares e extra familiares.

Assim, estes fatores funcionam como inibidores dos fatores de risco. Os Fatores de proteção têm uma relevância muito importante quando contraposto ao fator de risco, pois ajudam na probabilidade de a criança/jovem contrair as probabilidades de vir a estar ou não em risco.

Os fatores individuais referem-se a uma boa capacidade cognitiva da criança, competência de regulação emocional, temperamento responsivo e afetuoso, ser uma criança resiliente e ter um bom suporte de apoio na família alargada.

Os fatores familiares remetem para aspetos como: Idade da mãe, gravidez planeada e o número de irmãos, nível de habilitações literárias e situação profissional, com um estatuto económico elevado, apoio da família alargada, relação conjugal harmoniosa e estável, saúde parental estável (física e mental), boas competências sociais e parentais.

Este fatores inerentes à comunidade referem-se à coesão social, expectativas elevadas face comunidade e economicamente estáveis e ambientes promotores segurança e saúde.

Cavaco (2011) refere que a resiliência é todo um conjunto de sistemas intrapsíquicos, que podem proporcionar ao indivíduo ter uma vida, dita normal num meio ambiente problemático, ou que revela a capacidade do indivíduo de ultrapassar as adversidades da vida e não se resignar.

Manciaux, (1999) citado por Cavaco (2011) refere que a resiliência pode desenvolver-se ao longo da vida de um indivíduo.

Brooks, (1994) citado por Cavaco (2011) refere que *“os fatores internos, os fatores familiares e os fatores ambientais são, sem dúvida, os grandes pilares que influenciam o sujeito a desenvolver um comportamento resiliente perante as dificuldades com que se depara diariamente. O facto de o indivíduo apresentar uma elevada auto-estima e auto-confiança, com boa capacidade de funcionamento cognitivo, apresentar um ambiente efetivo estável e estruturado a nível familiar, um alargado leque de amigos e ligações sociais, ou o facto de frequentar a escola.”*

Capítulo 3

3.1 Definição do conceito escola

Segundo Monteiro (2009), a escola de hoje está relacionada com a complexidade da sociedade atual, visto que está em constante mudança, exigindo assim que a população seja dinâmica, participativa e capacitada de competências de formas a se adaptar às situações que vão surgindo. O dia-a-dia das nossas escolas vai de encontro à nossa realidade, que faz parte da nossa vida e se espalha na nossa consciência. Assim e ainda segundo o autor supracitado iniciar a vida escolar é uma experiência considerada natural, de um modo que nem sequer temos a percepção dos motivos da sua existência, assim como da sua contingência, e da sua importância na vida das pessoas, da sociedade e nas diversas culturas.

Assim, e segundo Heller & Fehér (1998 citado por Monteiro 2009), que *“o exercício do direito à educação não se cumpre somente pelo facto de ser enunciado e requer condições materiais que a tornem numa realidade: possibilidade e acesso material a um estabelecimento de ensino garantido pelo estado; possibilidade de apoiar as escolas, sem obstáculos provenientes das condições de vida externas (ou internas), que podem originar a exclusão ou abandono escolar e, possibilidade de prescindir do trabalho infantil para que as condições anteriores sejam criadas”*.

Já Freire (2009) citado por Monteiro (2009) refere que podemos ter uma visão restrita da escola, como uma entidade destinado exclusivamente “às aulas que devem ser dadas e lições apreendidas, indiferente a lutas e conflitos que surgem fora dos muros da mesma.” Contudo Hargreaves (1994) citado por Monteiro (2009) refere que os conflitos e as lutas derivam uma época de insegurança, com vivências intensas no espaço e no tempo e com constantes evoluções tecnológicas e científicas.

Ainda segundo o autor supracitado é espectável que a escola seja um espaço com uma moralidade mais abrangente, capacitada de uma consciência de que muitas normas, crenças e valores são contextualizados no espaço, na época e na cultura em que está inserida.

De acordo com Alarcão, (2005) citado por Monteiro (2009) defende que relativamente ao processo de supervisão no campo educativo, este pretende criar ou melhorar as condições, para que desta forma os professores possam repensar e perceber o seu papel no

contexto educativo e quais os procedimentos a adotar para que os mesmos possam melhorar. Esta supervisão tem como propósito não só a formação inicial dos professores, como também contempla o seu desenvolvimento ao longo da sua carreira profissional.

3.2 A Escola na Sociedade Atual

Segundo Monteiro (2009), a escola na atualidade faz parte integrante da realidade social, tendo-se convertido *“numa dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos.”* Atualmente a escola é vista como um indicador da qualidade de vida e ainda é vista como uma realidade social, onde a sua existência ou a sua ausência origina consequências em toda a população, segundo Kraaycamp, (2003) citado por Monteiro (2009).

Ainda segundo o mesmo autor que refere Caron (1996), a vida é constituída por etapas em que lhes estão atribuídos determinados papéis sociais, sendo esses papéis reconhecidos previamente como um “status” da idade, e as experiências vivenciadas na escola são o reflexo a ideia que se tem da infância assim como da adolescência, sendo que a idade fica submetida a um determinado ritmo pré definido pela escola e pela educação.

Com a iniciação da vida escolar verifica-se uma separação entre a vida do jovem e a vida do adulto, que dá origem à diferenciação entre a vida familiar e a vida da escola, onde os professores cada vez mais têm um papel previamente atribuído de: *“familiares, amigos e conselheiros, partilhando os seus saberes com aqueles que deles necessitam, estabelecendo verdadeiras relações de amizade com os alunos que têm e que consideram como seus.*

Espera-se que uma escola colaborativa, seja uma escola onde se verifique a partilha de saberes, o espírito de entre ajuda e que se dê primazia às relações sociais de modo a capacitar os alunos com competências para fazer as suas escolhas no seu percurso de vida. Assim, a escola é vista como a segunda família do aluno, onde ele recebe cuidados pedagógicos para além dos psicológicos, ficando os professores na percepção dos pais como o seu prolongamento.

Assim, quer por razões familiares ou sociais a escola atua como um agente especializado, participando no desenvolvimento, nas competências e aquisição de saberes dos alunos de forma a trabalharem como um todo em prol da igualdade e da inclusão social.

3.3. Educação inclusiva

Fávero et al., (2009,pp.11) refere que “O princípio da educação inclusiva foi adotado na Conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade¹, reafirmado no Fórum Mundial de Educação 2 e apoiado pelas Regras Básicas das Nações Unidas em Igualdade de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiências. Esse princípio foi debatido novamente em Novembro de 2008 durante a 48ª Conferência Internacional de Educação em Genebra. A educação inclusiva de qualidade se baseia no direito de todos – crianças, jovens e adultos – a receberem uma educação de qualidade que satisfaça suas necessidades básicas de aprendizagem e enriqueça suas vidas.”

Bellamy (1999) referido por Fávero, no sistema escolar, o maior desafio é o tornar a educação inclusiva. Pois em países com graves carências económicas, existem muitas crianças que nunca estiveram dentro de uma sala de aula, ao contrário dos países mais ricos onde muitos jovens abandonam a escola sem as qualificações adequadas para o ingresso numa vida ativa ou simplesmente frequentam a escola sob um regime de benefícios e de condições excecionais mas que não retiram qualquer benefício para as suas vidas.

Perante estes fatos é necessário que exista algum sentido de equidade e de inclusão educacional no meio escolar, de modo a aumentar o rendimento escolar e a diminuir a exclusão e o abandono escolar.

3.4. A criança no contexto escolar

Monteiro (2009) refere Benavente, (1990) que com a implementação da obrigatoriedade escolar como consequência dos níveis de exigência do mercado de trabalho, teve como consequência o insucesso e o abandono escolar.

Foi no século XX, que as escolas se organizaram de forma a estruturar currículos, que visam atingir metas de aprendizagem, levando a uma aquisição de saberes adquiridos, de modo a combater o insucesso e o abandono escolar.

Ainda segundo Benavente (s/d) citado por Monteiro (2009) sempre que um aluno fica retido, a escola assume como sendo um caso de insucesso, pois não atingiu os objetivos que lhe foram propostos.

Monteiro (2009) refere que estes dois conceitos “têm uma multiplicidade de entendimentos e simultaneamente o seu estudo apresenta uma elevada polissemia, notória nas tentativas levadas a cabo pelas diferentes áreas disciplinares que intentam a sua compreensão e definição”.

Ainda segundo o mesmo autor, verifica-se certas dificuldades, que alunos são incapazes de ultrapassar, tais como:

- ✓ Entre a escola e a realidade que vivem;
- ✓ Entre as aprendizagens exigidas pela escola e as que fazem na família e no meio social envolvente;
- ✓ Entre as aspirações, valores e normas da família e aquelas que a escola lhes exige.

Assim, podemos concluir que quando os alunos ficam retidos, é porque não estudam, por falta de interesse ou por se encontrarem mal preparados. Não assumindo também a escola a sua parte da culpa.

3.5 Ação Social Escolar

De acordo com Decreto-Lei Nº 55/2009, de 2 de é definido o regime jurídico para a atribuição e funcionamento no âmbito da ação social escolar e os seus complementos educativos, que estão previstos na Lei de Bases do Sistema Educativo, tendo sido aprovada pela Lei nº 46/86, de 14 de Outubro e republicada em 115/97, de 19 de setembro, e em 49/2005, de 30 de agosto.

Estas medidas consistem em apoiar as crianças e jovens mais carenciadas, que estejam integrados nos 1.º e 2.º escalões de rendimentos para a atribuição do abono de família. E consistem nos seguintes apoios:

Leite escolar – é uma medida da competência dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas do 1º ciclo providenciarem o fornecimento do leite escolar e outros alimentos nutritivos, tendo em especial atenção a resposta adequada às necessidades e ao

consumo das crianças que frequentam os estabelecimentos de educação do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico da rede pública.

As verbas para financiar este programa são atribuídas pela Direção de Serviços da Zona.

Refeitórios Escolares – O fornecimento de refeições aos alunos nos refeitórios escolares visa assegurar uma alimentação equilibrada e adequada às necessidades da população escolar, de acordo com as orientações da Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.

Estas refeições têm um valor fixado pelo Ministério da Educação, e estão dependentes do escalão atribuídos aos alunos, que no presente ano letivo, foram fixados em:

Escalão A - Refeição gratuita

Escalão B – 0.73 €

Restantes alunos – 1.46 €

Bufete escolar – Visam fornecer um serviço complementar do fornecimento de refeições, com base numa alimentação saudável e a custos reduzidos.

Auxílios económicos – Consiste na comparticipação para fazer face aos encargos realizados na aquisição de livros e material escolar. Este valor está dependente no ano que o aluno está a frequentar e o escalão do subsídio que lhe está atribuído.

Ações complementares – Estas medidas podem ser completadas por iniciativa dos agrupamentos, no âmbito da sua autonomia e no quadro dos correspondentes projetos educativos, e para isso são utilizados os lucros do serviço de papelaria e do bufete. Estas ações complementares, consistem em atribuir aos alunos mais carenciados um pequeno-almoço e um lanche no período da tarde.

Capítulo 4

4.1 Sistema de Proteção à Infância

Segundo Canha citado por Reis (2009), foi em meados do século XX que a criança passa a ser “(...) *um ser social, integrante e parte preciosa da sociedade*”. Assim, foi também nesta fase que as crianças viram os seus direitos assinalados, com a aprovação da Assembleia Geral das Nações Unidas, a 20 de Novembro de 1959 da Declaração dos Direitos da Criança, e em 1989 da “Convenção dos Direitos da Criança”, ratificada por Portugal em 21 de Setembro de 1990.

Na Convenção dos Direitos das Crianças estavam contemplados 54 artigos que asseguravam os direitos e a proteção da criança nas mais variadas situações, tais como: a “não discriminação de qualquer criança, independentemente do sexo, raça, cor, cultura ou religião (Artigo 2); o interesse superior da criança (Artigo 3); o direito à vida (sobrevivência e desenvolvimento), ao nome e nacionalidade, proteção da identidade, e direito a não ser separada dos pais (Artigos 6, 7, 8 e 9, respetivamente); direito à sua opinião e à liberdade de expressão (Artigos 12 e 13); direito de acesso à informação (Artigo 17); proteção contra maus-tratos e negligência (Artigo 19); direito a proteção enquanto privada do seu meio familiar, e direito à adoção; (Artigos 20 e 21); proteção e cuidados especiais a crianças refugiadas e deficientes (Artigos 22 e 23); direito à saúde e serviços médicos (Artigo 24); direito à educação (Artigo 28); direito a lazer, atividades recreativas e culturais (Artigo 31); proteção contra o trabalho infantil, e contra o consumo e o tráfico de drogas (Artigos 32 e 33); proteção contra a violência e a exploração sexual (Artigo 34); proteção contra a venda, o tráfico ou o rapto de crianças (Artigo 35); proteção contra tortura e privação de liberdade (Artigo 37); proteção contra participação em conflitos armados (Artigo 38) (UNICEF, 2004a).

Em 16 de maio de 2003, Portugal ratificou o Protocolo Facultativo à Convenção dos Direitos das Crianças no qual está contemplado a venda de crianças, prostituição e pornografia infantis e posteriormente em 19 de agosto ratifica o Protocolo relativo ao envolvimento das crianças em conflitos armados, estes dois protocolos foram aprovados pela Assembleia-geral das Nações Unidas em 25 de Maio de 2000 (UNICEF, 2004a).

4.2 Intervenção no âmbito das comissões de proteção

Lei de proteção

Segundo Leandro (1999) citado por Reis (2009), as Comissões de Proteção, fazem parte de um sistema de 2ª linha de promoção e proteção de crianças/jovens em perigo, que trabalham em estreita colaboração com os serviços de primeira linha, entre os quais hospitais, entidades judiciais e policiais, etc.

Ainda, segundo Reis (2009), trata-se assim de toda uma organização especializada que recebe, verifica, avalia e decide, segundo determinadas diretrizes, as medidas a serem adotadas.

Na elaboração de todo o processo, a avaliação e o diagnóstico são partes integrantes e fundamentais para se proceder em conformidade com as especificidades de cada caso, tendo em conta a gravidade da situação em que a criança se encontra, pois caso se verifique ser necessário poderá retirar-se a criança à família e colocá-la num lar.

Reis (2009), refere que este tipo de processo é algo muito complexo que exige muito do ponto de vista técnico, ético e humano, podendo dar origem a mal entendidos que desta forma podem prejudicar a sua forma de agir, sendo alguns dos impedimentos para que todo o processo de desenvolva de forma coerente, os seguintes:

- 1) A escassez de meios humanos e técnicos para atender ao volume e complexidade dos casos que lhes são comunicados;
- 2) A utilização de metodologias de avaliação pouco rigorosas, baseadas, essencialmente, na análise de informações escritas;
- 3) A não utilização de instrumentos técnicos de avaliação;
- 4) A aplicação de medidas mais ajustadas aos recursos existentes do que à situação e ao interesse da criança;
- 5) A priorização dos procedimentos legais ou administrativos sobre as questões psicossociais e educativas, ocupando estas um papel muito secundário na valorização real.

Assim, para que a avaliação decorra de uma forma coerente sem qualquer tipo de impedimento, deve ser elaborada por todo um conjunto de mecanismos especializados em

diversas vertentes, tais como âmbito psicossocial (psicopatologias de crianças, jovens e adultos), sócio-dinâmico (estruturas e relações familiares), e sócio-estrutural (problemáticas de inserção social), as quais necessitam de integrar um sistema de avaliação rigoroso.

Desta forma, considerar-se que um diagnóstico coerente e credível deve ser feito com base nos seguintes aspetos:

- ✓ Estado evolutivo físico da criança;
- ✓ Estado evolutivo cognitivo e emocional da criança;
- ✓ Estado físico, intelectual e emocional dos pais;
- ✓ Temperamento da criança e responsabilidade da mãe e do pai;
- ✓ Vinculação afetiva pai/mãe – filho;
- ✓ História pessoal da infância da mãe e do pai;
- ✓ Disponibilidade ou não de sistemas de apoio emocional;
- ✓ Competências parentais, crenças e práticas educativas;
- ✓ Experiências parentais em relação a outros filhos;
- ✓ Representação e expectativas face à criança;
- ✓ História conjugal da mãe e do pai;
- ✓ Impacto da intervenção já desenvolvida;
- ✓ - Disponibilidade / acessibilidade aos serviços de apoio.

Uma vez, concluída, toda a avaliação e elaborado o relatório de diagnóstico são aplicadas diferentes medidas, consoante a avaliação das diferentes variáveis.

Leandro, (1999) citado por Reis (2009), que dá-se preferência a que a criança permaneça no seu meio natural de vida.

Tendo em conta que o que está em perigo, um aspeto muito importante na avaliação das denúncias é o seu caráter de urgência, pois em certas situações existe a criança encontrada subjugada aos maus tratos físicos e psicológicos extremamente violentos, como tal, a criança tem que ser retirada do pé do agressor.

De acordo com Reis (2009), um sistema de proteção deveria ser rápido e eficaz para que fosse possível afastar o agressor de imediato e sempre que necessário da criança, contudo, não é o que se verifica no sistema judiciário, pois é muito moroso e por vezes ineficaz.

4.3. Sistema de proteção à infância em Portugal na atualidade

Com base na lei em vigor, Lei nº 147/99, de 1 de setembro qualquer pessoa pode denunciar uma suspeita, de uma criança que esteja em risco ou perigo. A sinalização e possível intervenção, deve ser feita às entidades com Competências em Matéria de Infância e Juventude, tais como: instituições particulares de solidariedade social, lares, centros de acolhimento; em segunda linha, às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (CPCJP); e em última instância às entidades policiais ou ao Ministério Público junto do tribunal da residência do menor.

Esta denúncia deve ser registada, assim como a identificação da criança, da escola que frequenta, a identificação das pessoas com quem vive, assim como toda a situação descrita exhaustivamente que levaram à denúncia e identificação do presumível agressor.

4.3.1. O Direito das Crianças à Proteção

Com a Declaração dos Direitos das Crianças da Nações Unidas em 1959, todas as crianças têm direito a serem protegidas contra a violência, negligência, para que se possam desenvolver de uma forma saudável e harmoniosa, quer a nível físico, mental ou social, onde a sua liberdade e dignidade sejam bens adquiridos.

Grande parte das crianças, estão num ambiente de proteção que tanto necessitam para se desenvolverem de uma forma adequada e para que possam estabelecer relações sociais que lhe permitam ter uma maior autoconfiança capaz de lidar com as dificuldades.

Em algumas situações quando as crianças não recebem atenção e não têm um ambiente protetor, desenvolvem uma visão do mundo e dos que o rodeiam negativa respondem assim com agressividade e reserva ou mesmo agressividade.

Na Convenção dos Direitos da Criança em 1990, foi reconhecido o estatuto de direitos e de cidadão às crianças.

Em 1 de setembro de 1999, foi publicada a Lei nº 147 - Lei de proteção de crianças e jovens em perigo, que consiste na criação de uma filosofia de modo a capacitar a sociedade mais desperta para a necessidade funcionamento harmonioso de toda a sociedade. Assim, a promoção dos direitos e a proteção da criança e jovem em perigo fica à responsabilidade das entidades com competência em matéria de infância e juventude, às CPCJ e aos tribunais, contemplado no (art.º6, Lei n.º147/99).

Na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, nº 147/99 de 1 de Setembro de 1999, no artigo 3º está contemplada a legitimidade da intervenção, que são:

1 – “A intervenção para promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de acção ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo.

2 – Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;*
- b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;*
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;*
- d) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;*
- e) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional. Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.”*

Já no seu artigo 4º estão consignados os princípios de atuação em matéria de proteção das crianças. Com base nestes princípios, estão definidos os critérios de intervenção.

Apresentam-se os seguintes princípios:

1. *“O interesse superior da criança sobre qualquer outro interesse digno de proteção.*
 2. *Audição obrigatória e participação da criança em todos os atos que lhe dizem respeito.*
 3. *Respeito pelos direitos reconhecidos às crianças nas Leis e nos Tratados e Convenções Internacionais.*
 4. *Prevenção como critério de atuação, em situação de risco ou perigo.*
 5. *Intervenção precoce e mínima.*
 6. *Intervenção Familiar e Responsabilidade Parental.*
 7. *Subsidiariedade na intervenção e na adoção de medidas:*
 8. *Intervir sucessivamente pelas entidades de primeira linha com competência em matéria de infância e juventude, pelas comissões de proteção de crianças e jovens, e em última instância, pelos tribunais.*
 9. *Subsidiariedade na adoção de medidas:*
 10. *Tentar a permanência da criança no seu meio natural de vida*
 11. *Possibilitar o regresso ou inclusão da criança na família (reunificação familiar, adoção).*
 12. *Evitar medidas de colocação e, quando forem necessárias, tentar que se sejam pelo mais curto espaço de tempo.*
 13. *Evitar, sempre que possível, a separação de irmãos.*
 14. *Inclusão social.*
 15. *Responsabilidade pública da ação protetora.*
- Coordenação entre os serviços na tomada de decisões”*

4.6. Composição da CPCJ do Crato

Ao abrigo da Portaria n.º 233/2006 de 10 de Março, foi criada a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho do Crato.

A comissão, a funcionar na modalidade alargada, é constituída, nos termos do artigo 17.º da lei de proteção de crianças e jovens em perigo, pelos seguintes elementos:

- Um representante do município;
- Um representante do Instituto da Segurança Social, I. P.;
- Um representante dos serviços locais do Ministério da Educação;
- Um médico, em representação dos serviços de saúde;

- Um representante das instituições particulares de solidariedade social ou de organizações não-governamentais que desenvolvam atividades de carácter não institucional destinadas a crianças e jovens;
- Um representante das instituições particulares de solidariedade social ou de organizações não-governamentais que desenvolvam atividades em regime de colocação institucional de crianças e jovens;
- Um representante das associações de pais;
- Um representante das associações ou organizações privadas que desenvolvam atividades desportivas, culturais ou recreativas destinadas a crianças e jovens;
- Um representante das associações de jovens ou dos serviços de juventude;
- Um representante da Guarda Nacional Republicana;
- Quatro pessoas designadas pela Assembleia Municipal ou pela assembleia de freguesia;
- Os técnicos que venham a ser cooptados pela Comissão.

Capítulo 5

Finalidade e Objetivos

Com esta investigação pretendia-se alcançar os seguintes objetivos:

- Identificar a frequência e o tipo de risco social a que poderão estar sujeitas as crianças do Agrupamento de Escolas do Crato, a partir da perceção dos professores do Agrupamento de Escolas do Crato, na Vila do Crato, distrito de Portalegre.
- Comparar a frequência e tipo de risco social das crianças do Agrupamento de Escolas do Crato, percecionadas pelos professores, com as do estudo de Diaz-Aguado e Arias (1999) conduzido na comunidade de Madrid.
- Verificar se as crianças percecionadas pelos professores em situação de risco social pertencem ou não a famílias que estão a ser apoiadas social e economicamente (Rendimento Social de Inserção, Ação Social Escolar, etc.)
- Verificar se existem relações entre os diferentes tipos de risco social a que estão sujeitas as crianças e o género.
- Verificar se existem relações entre os diferentes tipos de risco social e o nível de escolaridade.
- Verificar se existem relações entre o tipo de risco social e o sucesso escolar.
- Verificar se existem relações entre os diferentes tipos de risco social e a ação social escolar.

Metodologia

Esta investigação consiste num estudo de natureza quantitativa, conduzido no Concelho do Crato, mais precisamente no Agrupamento de Escolas do Crato. O Crato situa-se no Interior da Região Alentejo que é constituído por seis freguesias (Crato e Mártires, Gáfete, Flor da Rosa, Vale do Peso, Aldeia da Mata e Monte da Pedra). O concelho do Crato pertence ao distrito de Portalegre e ocupa uma área de 388 Km². O Crato tem uma população total de 3593 habitantes.

O Agrupamento de Escolas do Crato é constituído por duas escolas que são elas: a Escola Básica Integrada com Jardim de Infância Professora Ana Maria Ferreira Gordo e a Escola Básica 1 de Gáfete. Neste agrupamento encontra-se em funcionamento o jardim-de-infância, o 1.º ciclo, 2.º ciclo e o 3.º ciclo.

5.1. Participantes

A amostra é constituída pelos docentes do 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, os quais responderam a um questionário por cada aluno, num total de 232 alunos, ou seja, todos os alunos a frequentar o 1.º ou o 2.º ou o 3.º ciclos do ensino básico, excluindo-se apenas as crianças do pré-escolar, abrangendo-se assim toda a população do ensino básico.

Participaram 15 docentes do Agrupamento do Escolas do Crato, 5 professores titulares do 1º ciclo do ensino básico; 4 diretores de turma do 2º ciclo e 6 diretores de turma do 3ºCiclo. Destes 15 docentes, 6 são do sexo masculino e 9 são do sexo feminino, verificando-se que as suas idades variam entre os 35 e os 55 anos de idade. O tempo de serviço oscilava entre os 6 e os 28 anos. Cada um destes professores respondeu a vários questionários para Detecção de Crianças em Situação de Risco Social, tantos quantas as crianças que frequentavam a turma de que era professor titular ou diretor de turma.

5.2. Instrumento

O instrumento utilizado neste estudo quantitativo foi adaptado do questionário de Díaz-Aguado e Arias (1999) validado na Universidade de Complutense de Madrid, com a Equipa 10 da Comunidade de Madrid. Segundo Díaz-Aguado e Arias (1999, pp. 55-56), este questionário permite:

- «Recolher os dados junto dos professores sobre as crianças que possam estar em Situação de Risco Social, através deste processo contornam-se as dificuldades que normalmente se fazem sentir;
- Interpretar adequadamente as observações dos professores de acordo com:
 - a) O conhecimento que existe atualmente sobre as crianças em situação de risco social;
 - b) As características da população a que pertencem;
 - c) Selecionar, a partir da interpretação mencionada nos pontos anteriores, as crianças que se encontram em situação de risco social, incluindo não somente as crianças que sofrem com as situações de maltratos e abandono extremo, a fim de levar a cabo uma intervenção preventiva».

Os questionários foram respondidos pelos professores dos alunos do 1.º ao 9.º ano de escolaridade do Agrupamento de Escolas do Crato, abrangendo-se assim toda a população escolar do 1.º, 2.º e 3.º ciclos de ensino básico.

O instrumento utilizado de Díaz-Aguado e Arias (1999), foi adaptado, pois tinha uma escala de 0 a 6 na sua versão original e optou-se por aplicar uma escala de 1 a 6.

Este questionário é constituído por 80 itens, sendo que 29 itens estão relacionados com o mau trato ativo, 19 itens referem-se a negligência, 8 remetem para problemas emocionais e 24 referem-se a condutas anti-sociais.

Relativamente ao maltrato ativo, Díaz-Aguado e Arias (1999, pp.66-67) refere que os 29 itens contemplados no questionário refletem uma grave detioração na prestação nos cuidados que uma criança recebe em seu contexto familiar, aí se incluem os abusos sexuais, a exploração da criança, mau relacionamento dos pais com os seus filhos, abuso físico e emocional das crianças, negligência médica, castigos físicos.

Díaz-Aguado e Arias (1999), consideram o maltrato ativo como sendo qualquer ação, realizada pelo prestador de cuidados, de que resultem danos físicos ou que possa pôr em perigo a criança.

Ainda segundo as mesmas autoras, a negligência é um fator que inclui 19 itens no questionário que refletem três tipos de problemas relacionados entre si e que em conjunto, podem ser interpretados como indicadores de negligência, que são eles: a negligência física, ou falta de higiene, alimentação e vestuário adequado; a falta de supervisão adequada à idade ou privação educativa e as dificuldades de aprendizagem.

Díaz-Aguado e Arias (1999), incluiu no questionário 8 itens para os problemas emocionais, que se referem aos problemas emocionais que remetem para uma tendência a interiorizar o conflito e um distanciamento das outras pessoas.

No que respeita à subescala das “condutas anti-sociais”, nela estão incluídos 24 itens que refletem uma tendência acentuada em exteriorizar o conflito através de comportamentos anti-sociais, e de chamadas de atenção negativa. Nesta subescala, os indicadores são a agressividade e os comportamentos anti-sociais, as condutas autodestrutivas, a instabilidade e chamadas de atenção negativas, a rejeição de pares, e uma forma de pensar que atribui o pior às intenções dos outros e que leva facilmente à violência Díaz-Aguado e Arias (1999).

Apresentam em seguida 4 tabelas que resumem os itens da escala agrupados nas 4 subescalas (tabelas de 1 a 4).

Tabela 1- Itens que compõem a subescala do maltrato ativo, Díaz-Aguado e Arias (1999, p67)

Itens da escala de Maltrato ativo	
14	Às vezes tem problemas médicos que não são devidamente tratados
20	Diz que ninguém gosta dele
23	Arranca o cabelo a si próprio
25	A criança realiza trabalhos impróprios para a sua idade
28	Incubem-lhe excessivas tarefas domésticas
29	Tem problemas dentais não tratados
31	Quando adoece, as suas doenças prolongam-se ou repetem-se excessivamente
32	Parece ter medo dos seus pais
33	Já falou pelo menos uma vez em suicidar-se
35	Vem doente para a escola
37	A sua família tem dificuldades económicas
40	Tem problemas de pele que não são tratados
43	Tem medos excessivos ou inexplicáveis perante situações do quotidiano
48	Os seus pais ameaçam a criança
49	A situação familiar é negativa para a criança
50	Existem indícios da criança já ter fugido de casa
54	Tem medo de se relacionar com o outro sexo
57	Colabora em tarefas familiares que impedem o seu trabalho escolar
58	Apresenta indícios de problemas sexuais com adultos
61	Prefere estar com crianças mais novas do que ele
62	Pratica a mendicância
63	A sua família carece de rendimentos
65	Pratica jogos de carácter sexual nada comuns para a sua idade
66	Os pais castigam fisicamente o filho
67	A criança provoca tensão entre os elementos da família
74	Não quer voltar a casa
76	Adormece algumas vezes na sala de aula
79	Ouve e vê coisas que não existem nesse momento
80	Manifesta conhecimentos sexuais pouco comuns para a sua idade

Tabela 2- Itens que compõem a subescala da negligência, Díaz- Aguado e Arias (1999,p69)

Itens da escala de negligência	
1	Apresenta um aspeto desnutrido
2	Tem um vocabulário pobre
3	Brinca ou deambula sozinho, sem amigos
4	Veste roupa pouco adequado para a estação do ano
5	Tem dificuldades para se expressar verbalmente
7	Aparece sujo à escola
11	O seu trabalho é sujo e desordenado
12	Por vezes cheira mal
18	Tem dificuldades de aprendizagem
19	Dificilmente segue as instruções que lhe dão
24	Falta à escola por escasso interesse familiar
26	Costuma estar cansado
36	Falta às aulas sem motivo
38	Passa demasiado tempo sozinho quando está fora da escola
41	O ser trabalho escolar é pobre
47	As suas faltas à escola raramente são justificadas
55	A sua família relaciona-se com a escola menos do que o habitual
56	Chega tarde às aulas sem justificação
77	Tem dificuldades em concentrar-se

Tabela 3- Itens que compõem a subescala dos problemas emocionais, Díaz-Aguado e Arias (1999,p.70)

Itens da escala de problemas emocionais	
8	As suas relações com os professores são distantes
17	Nega-se a falar
21	Está tenso e rígido
42	Desvaloriza-se
52	Mostra-se alheado
68	É desconfiado
71	É reservado, guarda tudo para si próprio
78	Está triste

Tabela 4- Itens que compõem a subescala das condutas anti-sociais, Díaz-Aguado e Arias (1999,p.71)

Itens da escala de condutas anti-sociais	
6	Os colegas não gostam dele
9	Pensa que os outros lhe querem fazer mal
10	Tem mudanças bruscas de humor, sem motivo aparente
13	Chama à atenção constantemente
15	Destrói as coisas dos outros
16	Exibe condutas anti-sociais
22	Ameaça as pessoas
27	Manifesta atitudes defensivas perante uma aproximação física
30	Goza com os colegas
34	Diz mentiras ou faz trapaças
39	Mostra uma preocupação excessiva pelo sexo
44	Come ou bebe coisas que não são comida
45	Consome substâncias tóxicas
46	Não parece sentir-se culpado depois de condutas inadequadas
51	É invejoso
53	Destrói as suas próprias coisas
59	Manuseia material pornográfico
60	Conta histórias inventadas e parece acreditar nelas
64	Pratica pequenos furtos na rua
69	Magoa-se a si próprio
70	Realiza pequenos furtos na escola
72	Agride fisicamente as outras pessoas
73	Golpeia-se
75	Envolve-se em lutas

5.3. Apresentação dos Resultados

Apresentam-se de seguida as estatísticas descritivas relativas às diferentes subescalas do instrumento, para se proceder à análise de consistência interna, seguida da análise das diferenças entre médias em função do género, do nível de escolaridade, sucesso escolar e do fato de ser beneficiário de apoios sociais em relação com os vários tipos de risco social e posteriormente se fazer a análise de correlações entre as diferentes subescalas do instrumento.

Este estudo realizou-se no ano letivo de 2013/2014, no Agrupamento de Escolas do Crato, Concelho do Crato, distrito de Portalegre, que frequentam o 1º ciclo, 2º ciclo e 3º ciclo, com um número de alunos de 232, com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos, com uma idade média de 10,99 e um desvio padrão de 2,94; 136 alunos são do sexo masculino e que 85 alunos são do sexo feminino.

No que concerne ao 1º ciclo, existem 49 alunos do sexo masculino, que representa uma percentagem de 35% em relação ao género e de 55,1% em relação ao nível de escolaridade, já em relação ao sexo feminino existem 40 alunos que representa uma percentagem de 43,5% em relação ao género e de 44,9% em relação ao nível de escolaridade.

Relativamente ao 2º ciclo, existem 35 alunos do sexo masculino, que representa uma percentagem de 25% em relação género e de 60,3% em relação ao nível de escolaridade, relativamente ao sexo feminino existem 23 alunos, que representa uma percentagem de 25% em relação ao género e de 39,7% em relação ao nível de escolaridade.

Por último, o 3º ciclo, tem 56 alunos do sexo masculino, que representa uma percentagem de 40% em relação ao género e de 60,3% em relação ao nível de escolaridade, por sua vez, no sexo feminino existem 29 alunos que representa uma percentagem de 31,5% em relação ao género e 34,1% em relação ao nível de escolaridade.

A tabela 5 reúne as características das crianças, percecionadas pelos professores, em termos de género e do ciclo de escolaridade que frequentavam quando os questionários foram preenchidos.

Tabela 5- Género e nível de escolaridade

			Nível de escolaridade			Total
			1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
Género	Masculino	Contagem	49	35	56	140
		% dentro do género	35,0%	25,0%	40,0%	100,0%
		% dentro do nível de escolaridade	55,1%	60,3%	65,9%	60,3%
		% total	21,1%	15,1%	24,1%	60,3%
	Feminino	Contagem	40	23	29	92
		% dentro do género	43,5%	25,0%	31,5%	100,0%
		% dentro do nível de escolaridade	44,9%	39,7%	34,1%	39,7%
		% Total	17,2%	9,9%	12,5%	39,7%
Total	Contagem	89	58	85	232	
	% dentro do género	38,4%	25,0%	36,6%	100,0%	
	% dentro do nível de escolaridade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% Total	38,4%	25,0%	36,6%	100,0%	

No que corresponde à caracterização dos alunos ao nível económico, podemos verificar que, o agregado familiar de 228 alunos (98,3%), não beneficia do rendimento do Rendimento

Social de Inserção (RSI) e apenas 4 (1,7%) agregados familiares de alunos beneficiam do Rendimento Social de Inserção, sendo que, estes 4 agregados são de etnia cigana.

No seguimento da caracterização dos alunos do Agrupamento de Escolas do Crato, no que concerne à variável da Ação Social Escolar, verificou-se que 110 alunos não estão a beneficiar da Ação Social Escolar, 58 alunos beneficiam do “Escalão B”, 47 beneficiam do “Escalão A” e 17 alunos beneficiam do “Escalão A + os suplementos alimentares”, ou seja, 51,06% beneficiam de algum tipo de ação social escolar.

Quanto à caracterização dos alunos no que diz respeito ao seu percurso escolar, como podemos verificar 179 alunos nunca ficaram retidos com falta de aproveitamento escolar, 34 alunos tiveram uma retenção, 11 alunos apresentaram 2 retenções e 5 alunos contabilizavam 3 ou mais retenções, ou seja, 21,1% foram retidos e 77,2% nunca foram retidos.

5.4. Análise de fidelidade

Analisou-se a fidelidade da escala total com o coeficiente de Cronbach obtendo-se um valor de 0,97, este valor permite-nos concluir que o instrumento apresenta uma boa consistência interna, logo tem uma elevada fidelidade. A escala do maltrato apresenta um alfa de 0,971, este valor permite-nos concluir que a subescala do maltrato ativo apresenta uma boa consistência interna, logo tem uma elevada fidelidade.

Relativamente à fidelidade da escala dos Problemas Emocionais com o coeficiente de Cronbach de 0,866, este valor permite-nos concluir que o instrumento apresenta uma boa consistência interna, logo tem uma boa fidelidade.

No que concerne à fidelidade da escala da Negligência com o coeficiente de Cronbach de 0,91 este valor permite-nos quando o instrumento apresenta uma boa consistência interna, logo tem uma boa fidelidade.

Analisou-se a fidelidade da escala total com o coeficiente de Cronbach de 0,92, este valor permite-nos quando o instrumento apresenta uma boa consistência interna, logo tem uma boa fidelidade.

Tabela 6- Fidelidade da escala total

Alfa de Cronbach	Alfa de Cronbach com base em itens padronizados	N de itens
0,968	0,971	80

Tabela 7- Análise item a item de fidelidade da escala

Estatísticas de item-total					
	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Correlação múltipla ao quadrado	Alfa de Cronbach se o item for excluído
questionário 1	106,32	1063,701	,458	.	,967
questionário 2	105,50	1042,124	,455	.	,968
questionário 3	106,10	1047,863	,619	.	,967
questionário 4	106,30	1060,074	,540	.	,967
questionário 5	105,67	1047,533	,418	.	,968
questionário 6	106,10	1048,259	,624	.	,967
questionário 7	106,40	1070,532	,392	.	,968
questionário 8	106,06	1046,287	,668	.	,967
questionário 9	106,17	1053,885	,560	.	,967
questionário 10	105,99	1041,891	,654	.	,967
questionário 11	105,96	1044,030	,597	.	,967
questionário 12	106,37	1068,389	,373	.	,968
questionário 13	105,86	1039,072	,581	.	,967
questionário 14	106,32	1061,301	,570	.	,967
questionário 15	106,34	1060,625	,599	.	,967
questionário 16	106,09	1043,515	,661	.	,967
questionário 17	106,18	1048,628	,617	.	,967
questionário 18	105,52	1041,169	,473	.	,968
questionário 19	105,86	1037,572	,674	.	,967
questionário 20	106,24	1051,299	,692	.	,967
questionário 21	106,12	1055,262	,569	.	,967
questionário 22	106,20	1056,499	,535	.	,967
questionário 23	106,50	1078,569	,317	.	,968
questionário 24	106,27	1049,490	,627	.	,967
questionário 25	106,38	1066,126	,499	.	,967
questionário 26	106,19	1049,373	,631	.	,967
questionário 27	106,33	1057,895	,680	.	,967
questionário 28	106,40	1068,913	,595	.	,967
questionário 29	106,27	1064,290	,438	.	,967
questionário 30	105,75	1043,945	,518	.	,967
questionário 31	106,26	1055,694	,556	.	,967
questionário 32	106,28	1063,212	,473	.	,967

questionário 33	106,52	1081,305	,276	.	,968
questionário 34	106,00	1035,264	,717	.	,967
questionário 35	106,36	1062,876	,633	.	,967
questionário 36	106,10	1042,859	,562	.	,967
questionário 37	105,43	1029,801	,549	.	,968
questionário 38	106,06	1043,083	,631	.	,967
questionário 39	106,27	1055,642	,579	.	,967
questionário 40	106,43	1069,183	,626	.	,967
questionário 41	105,71	1034,845	,603	.	,967
questionário 42	106,09	1051,783	,604	.	,967
questionário 43	106,20	1055,354	,570	.	,967
questionário 44	106,29	1059,316	,591	.	,967
questionário 45	106,39	1067,122	,526	.	,967
questionário 46	105,92	1035,512	,665	.	,967
questionário 47	106,22	1049,353	,557	.	,967
questionário 48	106,32	1061,390	,601	.	,967
questionário 49	106,04	1036,503	,722	.	,967
questionário 50	106,49	1078,124	,300	.	,968
questionário 51	106,30	1061,292	,551	.	,967
questionário 52	106,02	1049,831	,542	.	,967
questionário 53	106,33	1057,896	,627	.	,967
questionário 54	106,27	1060,517	,525	.	,967
questionário 55	106,14	1043,345	,656	.	,967
questionário 56	106,10	1044,859	,542	.	,967
questionário 57	106,39	1066,122	,662	.	,967
questionário 58	106,51	1079,015	,354	.	,968
questionário 59	106,31	1057,032	,660	.	,967
questionário 60	106,32	1060,717	,552	.	,967
questionário 61	106,28	1065,530	,400	.	,968
questionário 62	106,50	1082,815	-,023	.	,968
questionário 63	105,62	1025,956	,616	.	,967
questionário 64	106,50	1082,342	,006	.	,968
questionário 65	106,40	1063,168	,669	.	,967
questionário 66	106,35	1066,648	,460	.	,967
questionário 67	106,22	1053,473	,658	.	,967
questionário 68	106,13	1048,005	,721	.	,967
questionário 69	106,47	1075,078	,458	.	,968
questionário 70	106,47	1079,750	,100	.	,968
questionário 71	105,89	1053,906	,433	.	,968
questionário 72	106,20	1060,451	,467	.	,967
questionário 73	106,52	1082,305	,035	.	,968
questionário 74	106,40	1063,377	,583	.	,967
questionário 75	106,17	1060,488	,418	.	,968

questionário 76	106,33	1057,293	,637	.	,967
questionário 77	105,52	1032,341	,596	.	,967
questionário 78	105,98	1050,386	,527	.	,967
questionário 79	106,40	1065,796	,597	.	,967
questionário 80	106,31	1059,479	,541	.	,967

5.5. Estatística descritiva

Apresenta-se de seguida as estatísticas descritivas relativas às diferentes escalas do instrumento, para de seguida se proceder à análise de consistência interna e fazer a análise de correlações entre os diferentes fatores analisados no instrumento.

Após a análise detalhada da subescala do maltrato ativo, verificou-se que mais de 50% dos alunos não estão expostos ao maltrato ativo, embora somando o risco elevadíssimo, ao risco elevado e razoável, no item nº37 os alunos apresentam uma percentagem de 19,5%, no item nº 49 verifica-se uma percentagem de 6,1% e no item nº 63 verifica-se uma percentagem de 16% de exposição ao maltrato ativo de acordo com a percepção dos docentes (tabela 8).

Tabela 8- Descritiva dos itens da escala do maltrato ativo

Itens da escala de Maltrato ativo		Ausência de risco	Risco Mínimo	Risco Moderado	Risco Razoável	Risco Elevado	Risco elevadíssimo	Total
14	Às vezes tem problemas médicos que não são devidamente tratados	199 (85,8%)	24 (10,3%)	5 (2,2%)	4 (1,7%)	0 (0%)	0 (0%)	232 (100%)
20	Diz que ninguém gosta dele	188 (81,0%)	27 (11,6%)	14 (6,0%)	1 (0,4%)	2 (0,9%)	0 (0%)	232 (100%)
23	Arranca o cabelo a si próprio	227 (97,8%)	4 (1,7%)	1 (0,4%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	232 (100%)
25	A criança realiza trabalhos impróprios para a sua idade	203 (87,5%)	25 (10,8%)	1 (0,4%)	2 (0,9%)	0 (0%)	1 (0,4%)	232 (100%)
28	Incubem-lhe excessivas tarefas domésticas	204 (87,9%)	27 (11,6%)	1 (0,4%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	232 (100%)
29	Tem problemas dentais não tratados	190 (81,9%)	28 (12,1%)	8 (3,4%)	5 (2,2%)	0 (0%)	0 (0%)	231 (99,6%)
31	Quando adoece, as suas doenças prolongam-se ou repetem-se excessivamente	196 (84,5%)	22 (9,5%)	8 (3,4%)	2 (0,9%)	4 (1,7%)	0 (0%)	232 (100%)
32	Parece ter medo dos seus pais	193 (83,2%)	29 (12,5%)	6 (2,6%)	3 (1,3%)	1 (0,4%)	0 (0%)	232 (100%)
33	Já falou pelo menos uma vez em suicidar-se	230 (99,1%)	1 (0,4%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	231 (99,6%)
35	Vem doente para a escola	202 (87,1%)	23 (9,9%)	6 (2,6%)	1 (0,4%)	0 (0%)	0 (0%)	232 (100%)
37	A sua família tem dificuldades económicas	124 (53,4%)	34 (14,7%)	29 (12,5%)	22 (9,5%)	18 (7,8%)	5 (2,2%)	232 (100%)
40	Tem problemas de pele que não são tratados	213 (91,8%)	17 (7,3%)	2 (0,9%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	232 (100%)
43	Tem medos excessivos ou inexplicáveis perante situações do quotidiano	184 (79,3%)	29 (12,5%)	12 (5,2%)	6 (2,6%)	1 (0,4%)	0 (0%)	232 (100%)
48	Os seus pais ameaçam a criança	195 (84,1%)	26 (11,2%)	8 (3,4%)	2 (0,9%)	0 (0%)	0 (0%)	231 (99,6%)
49	A situação familiar é negativa para a criança	168 (72,4%)	31 (13,4%)	18 (7,8%)	10 (4,3%)	2 (0,9%)	2 (0,9%)	231 (99,6%)
50	Existem indícios da criança já ter fugido de casa	227 (97,8%)	3 (1,3%)	2 (0,9%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	100 (100%)
54	Tem medo de se relacionar com o outro sexo	193 (83,2%)	27 (11,6%)	8 (3,4%)	3 (1,3%)	1 (0,4%)	0 (0%)	232 (100%)
57	Colabora em tarefas familiares que impedem o seu trabalho escolar	206 (88,8%)	23 (9,9%)	3 (1,3%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	232 (100%)

58	Apresenta indícios de problemas sexuais com adultos	230 (99,1%)	1 (0,4%)	1 (0,4 %)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	232 (100%)
61	Prefere estar com crianças mais novas do que ele	190 (81,9%)	35 (15,1%)	3 (1,3%)	2 (0,9%)	1 (0,4%)	1 (0,4%)	232 (100%)
62	Pratica a mendicidade	229 (98,7%)	2 (0,9%)	0 (0%)	1 (0,4%)	0 (0%)	0 (0%)	232 (100%)
63	A sua família carece de rendimentos	140 (60,3%)	29 (12,5%)	25 (10,8%)	18 (7,8%)	14 (6,0%)	5 (2,2%)	231 (99,6%)
65	Pratica jogos de carácter sexual nada comuns para a sua idade	209 (99,1%)	19 (8,2%)	3 (1,3%)	0 (0%)	1 (0,4%)	0 (0%)	232 (100%)
66	Os pais castigam fisicamente o filho	200 (86,2%)	24 (10,3%)	2 (0,9%)	3 (1,3%)	1 (0,4%)	0 (0%)	230 (99,1%)
67	A criança provoca tensão entre os elementos da família	182 (78,4%)	35 (15,1%)	8 (3,4%)	6 (2,6%)	0 (0%)	0 (0%)	231 (99,6%)
74	Não quer voltar a casa	215 (92,7%)	10 (4,3%)	3 (1,3%)	4 (1,7%)	0 (0%)	0 (0%)	232 (100%)
76	Adormece algumas vezes na sala de aula	206 (88,8%)	11 (4,7%)	13 (5,6%)	1 (0,4%)	1 (0,4%)	0 (0%)	232 (100%)
79	Ouve e vê coisas que não existem nesse momento	210 (90,5%)	18 (7,8%)	2 (0,9%)	2 (0,9%)	0 (0%)	0 (0%)	232 (100%)
80	Manifesta conhecimentos sexuais pouco comuns para a sua idade	200 (86,2%)	21 (9,1%)	4 (1,7%)	4 (1,7%)	2 (0,9%)	0 (0%)	231 (99,6%)

Após a análise detalhada da subescala dos problemas emocionais, verificou-se que mais de 60% dos alunos não estão expostos a problemas emocionais, contudo quando se somam os valores das 3 alternativas que correspondem ao risco mais elevado, no item nº8 os alunos apresentam uma percentagem de 3%, no item nº 52 verifica-se uma percentagem de 4,7% e no item nº 78 verifica-se uma percentagem de 5,1% de exposição aos problemas emocionais de acordo com a percepção dos docentes (tabela 9).

Tabela 9- Descritiva dos itens da subescala dos problemas emocionais

Itens da escala de problemas emocionais		Ausência de Risco	Risco Mínimo	Risco Moderado	Risco Razoável	Risco Elevado	Risco Elevadíssimo	Total
8	As suas relações com os professores são distantes	158 (68,1%)	53 (22,8%)	14 (6,0%)	4 (1,7%)	2 (0,9%)	1 (0,4%)	232 (100%)
17	Nega-se a falar	182 (78,4%)	33 (14,2%)	12 (5,2%)	1 (0,4%)	1 (0,4%)	3 (1,3%)	232 (100%)
21	Está tenso e rígido	165 (71,1%)	46 (19,8%)	15 (6,5%)	6 (2,6%)	0 (0%)	0 (0%)	232 (100%)
42	Desvaloriza-se	162 (69,8%)	48 (20,7%)	17 (7,3%)	3 (1,3%)	2 (0,9%)	0 (0%)	232 (100%)
52	Mostra-se alheado	162 (69,8%)	41 (17,7%)	17 (7,3%)	8 (3,4%)	2 (0,9%)	1 (0,4%)	231 (99,6%)
68	É desconfiado	166 (71,6%)	46 (19,8%)	15 (6,5%)	3 (1,3%)	2 (0,9%)	0 (0%)	232 (100%)
71	É reservado, guarda tudo para si próprio	143 (61,6%)	49 (21,1%)	30 (12,9%)	5 (2,2%)	3 (1,3%)	2 (0,9%)	232 (100%)
78	Está triste	153 (65,9%)	45 (19,4%)	21 (9,1%)	8 (3,4%)	4 (1,7%)	0 (0%)	231 (99,6%)

Após a análise detalhada da subescala da negligência, verificou-se que mais de 50% dos alunos não estão expostos à negligência, contudo quando somamos as 3 alternativas correspondentes ao risco mais elevado, verificamos que no item nº2 os alunos apresentam uma percentagem de 16,8%, no item nº 5 verifica-se uma percentagem de 11,2% e, item nº 11 verifica-se uma percentagem de 6,1%, no item nº 18 verifica-se uma percentagem de 14,2% e por último, no item nº 77 verifica-se uma percentagem de 14,2% de exposição à negligência de acordo com a percepção dos docentes (tabela 10).

Tabela 10- Descritiva dos itens da subescala da negligência

Itens da escala de negligência		Ausência de Risco	Risco Mínimo	Risco Moderado	Risco Razoável	Risco Elevado	Risco Elevadíssimo	Total
1	Apresenta um aspeto desnutrido	202 (87,1%)	18 (7,8%)	7 (3,0%)	4 (1,7%)	1 (0,4%)	0 (0%)	232 (100%)
2	Tem um vocabulário pobre	114 (49,1%)	52 (22,4%)	27 (11,6%)	23 (9,9%)	12 (5,2%)	4 (1,7%)	232 (100%)
3	Brinca ou deambula sozinho, sem amigos	171 (73,7%)	38 (16,4%)	14 (6,0%)	5 (2,2%)	4 (1,7%)	0 (0%)	232 (100%)
4	Veste roupa pouco adequado para a estação do ano	199 (85,8%)	20 (8,6%)	7 (3,0%)	6 (2,6%)	0 (0%)	0 (0%)	232 (100%)
5	Tem dificuldades para se expressar verbalmente	133 (57,3%)	42 (18,1%)	31 (13,4%)	12 (5,2%)	11 (4,7%)	3 (1,3%)	232 (100%)
7	Aparece sujo à escola	212 (91,4%)	15 (6,5%)	2 (0,9%)	3 (1,3%)	0 (0%)	0 (0%)	232 (100%)
11	O seu trabalho é sujo e desordenado	151 (65,1%)	50 (21,6%)	17 (7,3%)	7 (3,0%)	5 (2,2%)	2 (0,9%)	232 (100%)
12	Por vezes cheira mal	153 (90,9%)	38 (4,7%)	20 (2,6%)	12 (0,4%)	7 (0,9%)	0 (0%)	231 (99,6%)
18	Tem dificuldades de aprendizagem	118 (50,9%)	46 (19,8%)	35 (15,1%)	17 (7,3%)	13 (5,6%)	3 (1,3%)	232 (100%)
19	Difícilmente segue as instruções que lhe dão	140 (60,3%)	55 (23,7%)	21 (9,1%)	10 (4,3%)	4 (1,7%)	2 (0,9%)	232 (100%)
24	Falta à escola por escasso interesse familiar	202 (87,1%)	14 (6,0%)	8 (3,4%)	3 (1,3%)	2 (0,9%)	3 (1,3%)	232 (100%)
26	Costuma estar cansado	188 (81,0%)	21 (9,1%)	16 (6,9%)	4 (1,7%)	3 (1,3%)	0 (0%)	232 (100%)
36	Falta às aulas sem motivo	185 (79,7%)	23 (9,9%)	9 (3,9%)	4 (1,7%)	6 (2,6%)	5 (2,2%)	232 (100%)
38	Passa demasiado tempo sozinho quando está fora da escola	169 (72,8%)	39 (16,8%)	13 (5,6%)	5 (2,2%)	4 (1,7%)	2 (0,9%)	232 (100%)
41	O ser trabalho escolar é pobre	131 (56,5%)	46 (19,8%)	37 (15,9%)	6 (2,6%)	8 (3,4%)	4 (1,7%)	232 (100%)
47	As suas faltas à escola raramente são justificadas	196 (84,5%)	20 (8,6%)	5 (2,2%)	4 (1,7%)	3 (1,3%)	4 (1,7%)	232 (100%)
55	A sua família relaciona-se com a escola menos do que o habitual	183 (78,9%)	25 (10,8%)	17 (7,3%)	2 (0,9%)	2 (0,9%)	3 (1,3%)	232 (100%)
56	Chega tarde às aulas sem justificação	183 (78,9%)	27 (11,6%)	8 (3,4%)	5 (2,2%)	5 (2,2%)	4 (1,7%)	232 (100%)
77	Tem dificuldades em concentrar-se	119 (51,3%)	44 (19,0%)	36 (15,5%)	20 (8,6%)	11 (4,7%)	2 (0,9%)	232 (100%)

Após a análise detalhada da subescala das condutas anti-sociais, verificou-se que mais de 60% dos alunos não exibem condutas anti-sociais, contudo quando se somam os valores correspondentes aos 3 riscos mais elevados verifica-se que, no item nº10 os alunos apresentam uma percentagem de 6%, no item nº 13 verifica-se uma percentagem de 9,1%, no item nº 30 verifica-se uma percentagem de 9,9%, no item nº 34 verifica-se uma percentagem de 8,2% e no item nº 46 verifica-se uma percentagem de 6,1% de condutas anti-sociais de acordo com a percepção dos docentes (tabela 11).

Tabela 11- Descritiva dos itens da subescala das condutas anti-sociais

Itens da escala de condutas anti-sociais		Ausência de Risco	Risco Mínimo	Risco Moderado	Risco Razoável	Risco Elevado	Risco Elevadíssim	Total
6	Os colegas não gostam dele	165 (71,1%)	47 (20,3%)	11 (4,7%)	6 (2,6%)	2 (0,9%)	1 (0,4%)	232 (100%)
9	Pensa que os outros lhe querem fazer mal	180 (77,6%)	30 (12,9%)	16 (6,9%)	3 (1,3%)	3 (1,3%)	0 (0%)	232 (100%)
10	Tem mudanças bruscas de humor, sem motivo aparente	157 (67,7%)	41 (17,7%)	20 (8,6%)	10 (4,3%)	3 (1,3%)	1 (0,4%)	232 (100%)
13	Chama à atenção constantemente	153 (65,9%)	38 (16,4%)	20 (8,6%)	12 (5,2%)	7 (3,0%)	2 (0,9%)	232 (100%)
15	Destrói as coisas dos outros	203 (87,5%)	21 (9,1%)	5 (2,2%)	2 (0,9%)	1 (0,4%)	0 (0%)	232 (100%)
16	Exibe condutas anti-sociais	174 (75,0%)	31 (13,4%)	18 (7,8%)	5 (2,2%)	3 (1,3%)	1 (0,4%)	232 (100%)
22	Ameaça as pessoas	186 (80,2%)	26 (11,2%)	11 (4,7%)	9 (3,9%)	0 (0%)	0 (0%)	232 (100%)
27	Manifesta atitudes defensivas perante uma aproximação física	201 (86,6%)	21 (9,1%)	7 (3,0%)	3 (1,3%)	0 (0%)	0 (0%)	232 (100%)
30	Goza com os colegas	141 (60,8%)	37 (15,9%)	31 (13,4%)	18 (7,8%)	4 (1,7%)	1 (0,4%)	232 (100%)
34	Diz mentiras ou faz trapaças	165 (71,1%)	34 (14,7%)	14 (6,0%)	14 (6,0%)	3 (1,3%)	2 (0,9%)	232 (100%)
39	Mostra uma preocupação excessiva pelo sexo	195 (84,1%)	23 (9,9%)	11 (4,7%)	0 (0%)	2 (0,9%)	1 (0,4%)	232 (100%)
44	Come ou bebe coisas que não são comida	194 (83,6%)	25 (10,8%)	10 (4,3%)	2 (0,9%)	1 (0,4%)	0 (0%)	232 (100%)
45	Consome substâncias tóxicas	209 (90,1%)	15 (6,5%)	6 (2,6%)	1 (0,4%)	0 (0%)	0 (0%)	231 (99,6%)
46	Não parece sentir-se culpado depois de condutas inadequadas	153 (65,9%)	43 (18,5%)	21 (9,1%)	5 (2,2%)	5 (2,2%)	4 (1,7%)	231 (99,6%)
51	É invejoso	192 (82,8%)	32 (13,8%)	6 (2,6%)	0 (0%)	2 (0,9%)	0 (0%)	232 (100%)
53	Destrói as suas próprias coisas	204 (87,9%)	17 (7,3%)	7 (3,0%)	3 (1,3%)	1 (0,4%)	0 (0%)	232 (100%)
59	Manuseia material pornográfico	200 (86,2%)	19 (8,2%)	10 (4,3%)	3 (1,3%)	0 (0%)	0 (0%)	232 (100%)
60	Conta histórias inventadas e parece acreditar nelas	199 (85,8%)	22 (9,5%)	6 (2,6%)	4 (1,7%)	1 (0,4%)	0 (0%)	232 (100%)

64	Pratica pequenos furtos na rua	230 (99,1%)	1 (0,4%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (0,4%)	0 (0%)	232 (100%)
69	Magoa-se a si próprio	221 (95,3%)	10 (4,3%)	1 (0,4%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	232 (100%)
70	Realiza pequenos furtos na escola	227 (97,8%)	2 (0,9%)	0 (0%)	2 (0,9%)	1 (0,4%)	0 (0%)	232 (100%)
72	Agride fisicamente as outras pessoas	185 (79,7%)	23 (9,9%)	19 (8,2%)	5 (2,2%)	0 (0%)	0 (0%)	232 (100%)
73	Golpeia-se	229 (98,7%)	3 (0,9%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	231 (99,6%)
75	Envolve-se em lutas	182 (78,4%)	28 (12,1%)	15 (6,5%)	4 (1,7%)	3 (1,3%)	0 (0%)	232 (100%)

5.6. Diferenças nas subescalas em função do género

A tabela 12 apresenta as médias e os desvio padrão em função do género na escala total e nas subescalas do questionário.

Verifica-se que a média dos rapazes é mais elevada que a das raparigas na escala total e na maioria das diferentes subescalas, indicando uma percepção de risco social por parte dos docentes, maior nos rapazes comparativamente às raparigas. Contudo ao aplicar o teste t para amostras independentes podemos concluir que as diferenças não são estatisticamente significativas em particular para a escala total $t(219/165,051) = 1,113$ $p = 0,267$.

Tabela 12- Tipo de risco social e género

	Género	Nº	Média	Desvio padrão
Maltrato ativo	Masculino	138	35,86	9,67
	Feminino	87	35,66	11,03
Escala negligência	Masculino	139	29,65	11,42
	Feminino	92	27,30	11,42
Escala problemas emocionais	Masculino	139	11,68	4,28
	Feminino	91	11,75	5,55
Escala condutas anti-sociais	Masculino	139	33,04	10,25
	Feminino	90	31,93	10,23
Total escala	Masculino	136	109,47	31,57
	Feminino	85	104,41	34,89

5.7.Diferenças nas subescalas em função de ser beneficiário ou não da ação social escolar

Como se pode constatar através da tabela 13 adiante apresentada, os alunos que beneficiam da ação social escolar estão mais expostos ao risco social do que os que não beneficiam. Analisando a tabela por subescalas, podemos verificar que na subescala do maltrato ativo a média dos alunos que beneficiam da ação social escolar é superior à média dos alunos que não beneficiam de ação social escolar.

Relativamente à subescala da negligência, os alunos beneficiados pela ação social escolar apresentam média superior aos alunos não beneficiários.

No que concerne à subescala dos problemas emocionais, os alunos beneficiados pela ação social escolar apresentam mais problemas emocionais do que os que não beneficiam da ação social escolar.

Relativamente à subescala das condutas anti-sociais, os alunos que beneficiam da ação social escolar apresentam mais condutas anti-sociais do que os que não beneficiam da ação social escolar.

Por último, ao analisarmos a tabela, verificamos que na escala total, os alunos beneficiados pela ação social escolar, apresentam uma média mais elevada do que os alunos os que não beneficiam da mesma, logo são percebidos pelos professores como estando mais expostos ao risco social.

Aplicou-se o teste T para saber as diferenças entre os que beneficiam e os que não beneficiam de ação social escolar são estatisticamente significativas e verificou-se que $t(223/98,518) = 3,787$, $p < 0,05$, logo as diferenças são estatisticamente significativas, no sentido de que os beneficiam de ação social escolar são percebidos pelos professores como mais expostos ao maltrato ativo.

Relativamente à escala da negligência, o teste aplicado foi o mesmo com o resultado de $t(229/212,588) = 4,251$, $p < 0,05$, logo as diferenças são estatisticamente significativas, no sentido de que os beneficiam de ação social escolar são percebidos pelos professores como mais expostos à negligência.

No que concerne aos problemas emocionais, os resultados apurados para o teste t (228/225,178) = 2,463, $p < 0,05$, logo as diferenças são estatisticamente significativas, no sentido de que os beneficiam de ação social escolar são percebidos pelos professores como mais expostos aos problemas emocionais.

Relativamente às condutas anti-sociais, verificou-se que $t (227/222,400) = 2,184$, $p < 0,05$, logo as diferenças são estatisticamente significativas, no sentido de que os beneficiam de ação social escolar são percebidos pelos professores como exibindo mais condutas anti-sociais.

Por fim aplicou-se o teste t na escala total e verificou-se que $t (219/209,826) = 3,609$ $< 0,05$, logo as diferenças são estatisticamente significativas, no sentido de que os beneficiam de ação social escolar são percebidos pelos professores como mais expostos ao risco social.

Tabela 13- Tipo de risco social percebido pelos docentes e ação social escolar

	Ação social escolar	Nº	Média	Desvio padrão
Maltrato ativo	Beneficia de ASE	118	38,11	11,77
	Não Beneficia de ASE	107	33,21	7,34
Escala negligência	Beneficia de ASE	122	31,58	12,88
	Não Beneficia de ASE	109	25,51	8,59
Escala problemas emocionais	Beneficia de ASE	121	12,43	5,22
	Não Beneficia de ASE	109	10,89	4,19
Escala condutas anti-sociais	Beneficia de ASE	120	33,98	11,23
	Não Beneficia de ASE	109	31,08	8,81
Total escala	Beneficia de ASE	116	114,81	36,35
	Não Beneficia de ASE	105	99,47	26,53

A tabela 14 apresenta as médias e desvios padrão na escala total e nas diferentes subescalas. Os resultados apresentados na tabela sugerem que a percepção de risco social associa-se ao insucesso escolar.

A média na escala total dos alunos que tiveram aprovação no final do ano escolar foi inferior à média dos alunos que foram reprovados.

Aplicou-se o teste T de Student para saber se as diferenças entre aprovados e reprovados eram significativas e verificou-se que $t (222/50,266) = -1,371$, $p = 0,529$ logo as diferenças não são significativas na subescala do maltrato ativo.

Relativamente à subescala da negligência, verificou-se que $t(228/34,940) = -4,214$, $p < 0,05$, logo as diferenças são estatisticamente significativas, no sentido de que os alunos reprovados, estão mais expostos à negligência.

No que concerne à subescala dos problemas emocionais, os resultados apurados para o teste $t(227/47,991) = -0,467$, $p = 0,641$, logo as diferenças não são estatisticamente significativas.

Relativamente à subescala das condutas antissociais, verificou-se que $t(226/41,261) = -2,187$, $p < 0,05$, logo as diferenças são estatisticamente significativas, no sentido de que os alunos reprovados, exibem mais condutas anti-sociais segundo a percepção dos docentes.

Por fim aplicou-se o teste t na escala total e verificou-se que $t(218/39,735) = -2,854$, $p < 0,05$, logo as diferenças são estatisticamente significativas, no sentido de que os alunos reprovados são percebidos pelos docentes como estando mais expostos ao risco social.

Tabela 14- Tipo de risco social e sucesso escolar

	Sucesso escolar atual	Nº	Média	Desvio padrão
Maltrato ativo	Aprovado	193	35,42	10,53
	Reprovado	31	38,13	7,66
Escala negligencia	Aprovado	199	27,22	10,22
	Reprovado	31	38,45	14,28
Escala problemas emocionais	Aprovado	199	11,66	4,98
	Reprovado	30	12,10	3,57
Escala condutas anti-sociais	Aprovado	197	32,06	10,25
	Reprovado	31	36,19	9,70
Total escala	Aprovado	190	105,20	32,66
	Reprovado	30	122,80	31,19

A tabela 15 apresenta as médias e desvios padrão em função do nível de escolaridade. Verifica-se que a percepção de risco social aumenta com o nível de escolaridade. Contudo, apenas são estatisticamente significativas as diferenças entre os dois primeiros ciclos e o terceiro ciclo do ensino básico, ou seja, houve uma percepção de risco social maior nas crianças do 3º. ciclo, tal como se pode constatar nas tabelas 16 e 17 (análise estatística com o teste ANOVA).

Tabela 15- Tipo de risco social e nível escolaridade

		Nº	Média	Desvio padrão
Escala Maltrato ativo	1.º ciclo	85	32,33	4,72
	2.º ciclo	55	32,78	4,89
	3.º ciclo	85	41,16	13,86
	Total	225	35,78	10,19
Escala negligência	1.º ciclo	89	26,12	10,30
	2.º ciclo	57	26,49	12,10
	3.º ciclo	85	32,93	11,04
	Total	231	28,72	11,45
Escala problemas emocionais	1.º ciclo	88	10,39	4,15
	2.º ciclo	57	10,49	3,02
	3.º ciclo	85	13,88	5,62
	Total	230	11,70	4,81
Escala condutas anti-sociais	1.º ciclo	86	29,15	8,25
	2.º ciclo	58	30,71	8,09
	3.º ciclo	85	37,39	11,54
	Total	229	32,60	10,24
Total escala	1.º ciclo	82	95,59	23,91
	2.º ciclo	54	99,67	25,07
	3.º ciclo	85	124,02	37,86
	Total	221	107,52	32,90

Tabela 16- Teste ANOVA em função do nível de escolaridade

		Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	F	Sig.
Maltrato ativo	Entre Grupos	3971,036	2	1985,518	22,839	,000
	Nos grupos	19299,852	222	86,936		
	Total	23270,889	224			
Escala negligencia	Entre Grupos	2389,247	2	1194,624	9,802	,000
	Nos grupos	27787,463	228	121,875		
	Total	30176,710	230			
Escala problemas emocionais	Entre Grupos	639,963	2	319,981	15,587	,000
	Nos grupos	4659,933	227	20,528		
	Total	5299,896	229			
Escala condutas anti-sociais	Entre Grupos	3179,598	2	1589,799	17,349	,000
	Nos grupos	20709,240	226	91,634		
	Total	23888,838	228			
Total escala	Entre Grupos	38137,441	2	19068,720	20,783	,000
	Nos grupos	200019,672	218	917,521		
	Total	238157,113	220			

Tabela 17-Significância das diferenças entre os diferentes níveis de escolaridade

Variável dependente	(I) nível de escolaridade	(J) nível de escolaridade	Diferença média (I-J)	Modelo padrão	Sig.	Intervalo de confiança 95%	
						Limite inferior	Limite superior
Escala Maltrato ativo	1.º ciclo	2.º ciclo	-,45241	1,61352	,958	-4,2596	3,3548
		3.º ciclo	-8,83529*	1,43023	,000	-12,2100	-5,4606
	2.º ciclo	1.º ciclo	,45241	1,61352	,958	-3,3548	4,2596
		3.º ciclo	-8,38289*	1,61352	,000	-12,1901	-4,5757
	3.º ciclo	1.º ciclo	8,83529*	1,43023	,000	5,4606	12,2100
		2.º ciclo	8,38289*	1,61352	,000	4,5757	12,1901
Escala negligencia	1.º ciclo	2.º ciclo	-,36763	1,87284	,979	-4,7859	4,0506
		3.º ciclo	-6,80582*	1,67428	,000	-10,7556	-2,8560
	2.º ciclo	1.º ciclo	,36763	1,87284	,979	-4,0506	4,7859
		3.º ciclo	-6,43818*	1,88997	,002	-10,8968	-1,9795
	3.º ciclo	1.º ciclo	6,80582*	1,67428	,000	2,8560	10,7556
		2.º ciclo	6,43818*	1,88997	,002	1,9795	10,8968
Escala problemas emocionais	1.º ciclo	2.º ciclo	-,10486	,77034	,990	-1,9222	1,7125
		3.º ciclo	-3,49599*	,68905	,000	-5,1216	-1,8704
	2.º ciclo	1.º ciclo	,10486	,77034	,990	-1,7125	1,9222
		3.º ciclo	-3,39112*	,77566	,000	-5,2211	-1,5612
	3.º ciclo	1.º ciclo	3,49599*	,68905	,000	1,8704	5,1216
		2.º ciclo	3,39112*	,77566	,000	1,5612	5,2211
Escala condutas anti-sociais	1.º ciclo	2.º ciclo	-1,55573	1,62647	,605	-5,3930	2,2815
		3.º ciclo	-8,23707*	1,46409	,000	-11,6912	-4,7829
	2.º ciclo	1.º ciclo	1,55573	1,62647	,605	-2,2815	5,3930
		3.º ciclo	-6,68134*	1,63032	,000	-10,5277	-2,8350
	3.º ciclo	1.º ciclo	8,23707*	1,46409	,000	4,7829	11,6912
		2.º ciclo	6,68134*	1,63032	,000	2,8350	10,5277
Total escala	1.º ciclo	2.º ciclo	-4,06911	5,30852	,724	-16,5963	8,4581
		3.º ciclo	-28,42597*	4,68867	,000	-39,4905	-17,3615
	2.º ciclo	1.º ciclo	4,06911	5,30852	,724	-8,4581	16,5963
		3.º ciclo	-24,35686*	5,27120	,000	-36,7960	-11,9177
	3.º ciclo	1.º ciclo	28,42597*	4,68867	,000	17,3615	39,4905
		2.º ciclo	24,35686*	5,27120	,000	11,9177	36,7960

A tabela 18 apresenta um estudo comparativo entre o estudo de Díaz-Aguado e Arias (1999) e o presente estudo Figueira (2014), podemos verificar que no estudo de Díaz-Aguado, existem dois grupos, um grupo de risco e um grupo de controlo, contudo o estudo de Figueira apenas apresenta um grupo.

Nos dados recolhidos por Díaz Aguado, a subescala do maltrato ativo apresenta uma média de 32,16 e um desvio padrão de 20,46, no grupo de risco a média é 9,04 e o desvio padrão 13,59 no grupo de controlo, comparativamente os dados recolhidos por Figueira em relação ao maltrato ativo, a média é de 35,78 e o desvio padrão é 10,19.

Relativamente à negligência, a média apresentada para o grupo de risco é de 61,62 e o desvio padrão de 19,34, no grupo de controlo a média apresentada é de 24,15 e o desvio padrão é de 19,67, já no presente estudo para a subescala da negligência a média é de 28,72 e o desvio padrão é de 11,45.

No que concerne aos problemas emocionais, a média é de 23,53 e o desvio padrão é de 11,18 no grupo de risco e no grupo de controlo a média apresentada é de 9,48 e o desvio padrão é de 9,53, comparativamente o presente estudo apresenta uma média de 11,70 e o desvio padrão é de 4,81.

Relativamente às condutas antissociais, o grupo de risco apresenta uma média de 49,82 e um desvio padrão de 28,16, comparativamente o presente estudo apresenta uma média de 32,60 e um desvio padrão 10,24.

Como podemos verificar as médias apresentadas no presente estudo são sempre superiores em relação ao grupo de controlo e na subescala do maltrato ativo também é superior ao do grupo de risco, contudo esta comparação deverá ser feita com reservas porque a escala utilizada nos 2 estudos não foi exatamente a mesma.

Tabela 18-Estudo comparativo

Estudo Díaz-Aguado, Arias (1999, pp75)			Figueira (2014) Estudo presente
Fator	Risco	Control	Amostra
Maltrato ativo	M=32,16	M=9,04	M=35,78
	DP=20,46	DP=13,59	DP=10,19
Negligência	M=61,62	M=24,15	M=28,72
	DP=19,34	DP=19,67	DP=11,45
P. emocionais	M=23,53	M=9,48	M=11,70
	DP=11,18	DP=9,53	DP=4,81
C. antissociais	M=49,82	M=14,88	M=32,60
	DP=28,16	DP=18,68	DP=10,24

A tabela 19 apresenta as correlações entre as diferentes subescalas, as correlações entre as várias subescalas são positivas, elevadas e estatisticamente significativas, indicando que os diferentes tipos de risco social avaliados se associam entre si, isto é, a percepção de um determinado tipo de risco social surge associado a todos os outros.

Tabela 19- Correlações

Correlações						
	Maltrato ativo	Escala negligencia	Escala problemas emocionais	Escala condutas anti-sociais	total escala	
Maltrato ativo	Correlação de Pearson	1	,707**	,757**	,761**	,909**
	Sig. (2 extremidades)		,000	,000	,000	,000
	Soma dos quadrados e produtos cruzados	23270,889	18601,482	8261,291	17860,578	67323,620
	Covariância	103,888	83,415	37,213	80,453	306,016
	N	225	224	223	223	221
Escala negligencia	Correlação de Pearson	,707**	1	,663**	,710**	,892**
	Sig. (2 extremidades)	,000		,000	,000	,000
	Soma dos quadrados e produtos cruzados	18601,482	30176,710	8292,096	18933,794	74093,217
	Covariância	83,415	131,203	36,210	83,409	336,787
	N	224	231	230	228	221
Escala problemas emocionais	Correlação de Pearson	,757**	,663**	1	,675**	,825**
	Sig. (2 extremidades)	,000	,000		,000	,000
	Soma dos quadrados e produtos cruzados	8261,291	8292,096	5299,896	7505,467	28800,018
	Covariância	37,213	36,210	23,144	33,210	130,909
	N	223	230	230	227	221
Escala condutas anti-sociais	Correlação de Pearson	,761**	,710**	,675**	1	,901**
	Sig. (2 extremidades)	,000	,000	,000		,000
	Soma dos quadrados e produtos cruzados	17860,578	18933,794	7505,467	23888,838	67675,643
	Covariância	80,453	83,409	33,210	104,776	307,617
	N	223	228	227	229	221
Total escala	Correlação de Pearson	,909**	,892**	,825**	,901**	1
	Sig. (2 extremidades)	,000	,000	,000	,000	
	Soma dos quadrados e produtos cruzados	67323,620	74093,217	28800,018	67675,643	238157,113
	Covariância	306,016	336,787	130,909	307,617	1082,532
	N	221	221	221	221	221
**. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).						

Capítulo 6

Conclusão e discussão

Neste trabalho adaptou-se e aplicou-se o questionário para Detecção de Crianças em Situação de Risco Social (Adaptado de Diaz-Aguado et al. (1999) por Martins, Figueira e Tavares (2012) que revelou boas propriedades psicométricas.

Os resultados obtidos permitem-nos concluir que no que respeita aos alunos que frequentam o 1º, 2º. e 3º. Ciclos do ensino básico no concelho do Crato verifica-se que:

No que respeita aos aspetos socioeconómicos dos alunos do concelho do Crato, podemos verificar que dos 232 alunos a frequentar o Agrupamento de Escolas do Crato, 228 alunos (98,3%) e respetivos agregados familiares não beneficiam do rendimento de inserção social, apenas 4 alunos (1,7%) e seus respetivos agregados familiares beneficiam do rendimento de inserção social, sendo que pertencem a famílias de etnia cigana.

No seguimento do estudo, avaliou-se os tipos de maus tratos em relação ao género e verificou-se que os rapazes apresentavam uma média mais elevada do que as raparigas, nas subescalas do questionário e na escala total.

Assim, podemos concluir que os rapazes são mais percecionados como estando em maior exposição ao risco social do que as raparigas.

Relativamente aos benefícios da ação social escolar, podemos verificar que 110 alunos não beneficiam de ação social escolar, 58 alunos beneficiam do “escalão B”, 47 beneficiam do “escalão A” e 17 alunos beneficiam do “escalão A+ os suplementos, ou seja, 51,06% beneficiam de algum tipo de ação social escolar.

No que concerne ao cruzamento de dados, podemos verificar que, na subescala do maltrato ativo os alunos beneficiários da ação social escolar estão mais expostos ao risco social do que os que não beneficiam, pois nas subescalas do maltrato ativo, da negligência, dos problemas emocionais, das condutas antissociais e na escala total os alunos beneficiários de ação social escolar apresentam uma média mais elevadas do que os que não beneficiam.

Assim, podemos concluir que os alunos beneficiários são percebidos pelos professores como estando mais expostos ao risco social.

Relativamente ao rendimento escolar, podemos verificar que em todas as subescalas e na escala total os alunos reprovados apresentam uma média mais elevada em relação aos alunos aprovados.

Assim, podemos concluir que os alunos que não obtiveram rendimento escolar, ficando retidos no mesmo ano de escolaridade estão mais expostos ao risco social.

No que respeita ao género, os rapazes são mais percebidos como estando mais expostos ao risco social mas as diferenças entre rapazes e raparigas não foram estaticamente significativas.

No que concerne ao tipo de risco social e nível de escolaridade, podemos constatar que a percepção do risco social aumenta com o nível de escolaridade. Embora apenas seja, estatisticamente significativa entre os dois primeiros ciclos e o 3º. Ciclo.

Assim, podemos concluir que o 3º. Ciclo do ensino básico está mais exposto ao risco social do que os dois primeiros ciclos, segundo a percepção dos próprios professores.

Em relação ao presente estudo, este apresenta médias mais elevadas nas diferentes subescalas do que o estudo de Díaz-Aguado e Arias (1999) no grupo de controlo, contudo as médias do presente estudo também são mais elevadas do que as de Díaz-Aguado no grupo de risco, contudo a escala utilizada não foi exatamente a mesma pelo que deverão estas conclusões deverão ser reservadas.

No seguimento do estudo, os resultados das correlações entre as correlações entre as diferentes subescalas foram positivas, elevadas e estatisticamente significativas, sugerindo que os diferentes tipos de risco social avaliados estão relacionados entre si.

No seguimento do presente estudo foi possível apurar que na subescala do maltrato ativo mais de 50% dos alunos não estão expostos ao maltrato ativo, contudo, verificou que existem três itens que depois de somadas as alternativas do risco mais elevado, estas dão percentagem de alguma relevância. É ainda pertinente referir que estes itens estão relacionados com a situação socioeconómica das famílias, de acordo com a percepção dos professores.

Relativamente à subescala dos problemas emocionais, verificou-se que mais de 60% dos alunos não estão expostos a problemas emocionais, no entanto, a soma das três alternativas que correspondem ao risco mais elevado em três itens, leva-nos a verificar que alguns alunos sejam crianças ou adolescentes que não consegue estabelecer uma relação com os professores e com os colegas.

No que concerne, à subescala da negligência, embora mais de 50% dos alunos não estejam expostos à negligência, verificou-se que na soma das alternativas correspondentes ao risco mais elevado, em alguns itens, esses valores revelavam, que os alunos revelavam dificuldades de aprendizagem.

Por fim, na subescala das condutas antissociais, verificamos que mais 60% dos alunos não exibem condutas antissociais, no entanto na soma dos valores correspondentes aos 3 riscos mais elevados em alguns itens, verificou-se que alguns alunos são percecionados pelos professores como exibindo condutas antissociais e não demonstram arrependidos pelas atitudes cometidas.

Comparativamente, Díaz-Aguado (1999), conclui no seu estudo que os rapazes são mais perseguidos do que as raparigas, como estando mais expostos às condutas antissociais, associadas ao maltrato ativo.

No estudo de Díaz-Aguado (1999), as raparigas estão mais expostas do que os rapazes, no que concerne à subescala do maltrato ativo e que incluem situações de abuso sexual e de exploração. No que se refere aos problemas emocionais, as raparigas são percecionadas como tendo mais problemas emocionais deste tipo do que os rapazes.

Tal como no presente estudo, também Díaz-Aguado (1999) verificou que as crianças com 12 anos ou mais apresentam médias mais levadas do que as crianças com idades inferiores a 12 anos.

Assim, podemos verificar que, alguns resultados obtidos no presente estudo são semelhantes aos resultados obtidos por Díaz-Aguado (1999).

Assim, podemos concluir que, no Agrupamento de Escolas do Crato as situações de risco social mais preocupantes e que foram percecionadas pelos professores são: a situação socioeconómica dos alunos, que também podem estar relacionadas pela localização geográfica do concelho, o facto de alguns alunos terem dificuldades em estabelecer relações sociais e de amizade com outros colegas, as dificuldades de aprendizagem exibidas por vários alunos e a manifestação de comportamentos antissociais por parte de alguns alunos.

Em suma, a percepção é maior para os alunos do 3.º ciclo, beneficiários de rendimento social de inserção e com mais insucesso escolar. Estes dados podem contribuir para a identificação de grupos de risco e para a elaboração de programas de prevenção de violência e do insucesso escolar que, embora possa envolver todas as crianças, incidem particularmente na redução de riscos dos grupos percebidos como mais vulneráveis.

Tendo em conta que os professores estão bastante tempo com os alunos, pode considerar-se que as suas percepções estarão muito próximas do que é a realidade vivida por estas crianças, e que este questionário poderá ser um instrumento de diagnóstico útil para a identificação do risco social na população escolar de outros concelhos, tal como foi no concelho do Crato.

Referências Bibliográficas

- ✓ Calheiros, M. M. (2006). A construção social do mau trato e negligência parental: do senso comum ao conhecimento científico. Lisboa: F.C. Gulbenkian
- ✓ Canha, J. (2003). Criança maltratada. O papel de uma pessoa de referência na sua recuperação. Estudo prospetivo de 5 anos. Coimbra: Quarteto.
- ✓ Cavaco, N.A.P.A. (2010). Atitudes Educativas Parentais e Resiliência no Adolescente. Portimão.
- ✓ Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco (s/ data). Promoção e proteção dos direitos das crianças. Guia de orientações para profissionais de educação na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo.
- ✓ Diaz-Aguado, M.J.& Arias, R.M. (1999). Infancia En Situación de Riesgo Social. Dirección General de Ordenación Académica. Madrid.
- ✓ Direção Geral de Saúde. Divisão de comunicação e promoção da saúde no ciclo de vida. (2011). Maus tratos em crianças e jovens. Guia prático de abordagem, diagnóstico e intervenção. Ação de saúde para crianças e jovens em risco. Lisboa: Direção Geral de Saúde.
- ✓ Fávero, Osmar, Windyz Ferreira, Timothy Ireland e Débora Barreiros. 2009. Tornar a educação inclusiva. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).
- ✓ Magalhães, T. (2005). Maus tratos em crianças e jovens. Guia prático para profissionais. Coimbra: Quarteto.
- ✓ Martins, M. J. D. (2012). Educação e proteção de crianças e jovens em risco: Uma nova oferta formativa da ESEP, ao nível do 2.º ciclo de estudos (grau de mestre). Revista Aprender, 32.
- ✓ Monteiro, R. M. T. G. L. (2009). *Insucesso e Abandono Escolar*: Porto. Tese de Mestrado apresentada na Universidade Portucalense Infante D. Henrique
- ✓ Reis, Víctor José Oliveira (2009). Tese de doutoramento CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO: *Coimbra*
- ✓ Ribeiro M. J. S. (2003). *Ser Família Construção, implementação e avaliação de um programa de Educação Parental*. Dissertação de mestrado em Psicologia. Universidade do Minho.
- ✓ Sani, A. I. (2002). As crianças e a violência. Coimbra: Quarteto.

Legislação consultada

- ✓ Guia da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
- ✓ Diário da República, N.º 113, I SÉRIE-A, Decreto-Lei 189/91
- ✓ Diário da República, I série — N.º 42 — 2 de Março de 2009
- ✓ Diário da República, N.º 91, I SÉRIE-A, Decreto-Lei 98/98.
- ✓ Diário da República, 1999, N.º 204, I SÉRIE-A, Lei 147/99,
- ✓ Diário da República, 2002, N.º 281, *II SÉRIE*,
- ✓ Despacho Conjunto n.º 865/2002
- ✓ Diário da República, 2.ª série — N.º 176 — 12 de setembro de 2013
- ✓ Diário da República, 2006, N.º 50, I SÉRIE – B, Portaria N.º 233/2006
- ✓ Diário da República, I SÉRIE – N.º 237- Lei N.º 46/86
- ✓ Convenção Sobre os Direitos da Criança. Resolução da Assembleia da República, n.º 20/90.D.R. n.º 211, 1ª Série, 12 de Setembro de 1990

Anexos

Anexo 1

Estatísticas descritivas					
	Nº	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
questionário 1	232	1	5	1,21	,617
questionário 2	232	1	6	2,05	1,323
questionário 3	232	1	5	1,42	,839
questionário 4	232	1	4	1,22	,625
questionário 5	232	1	6	1,86	1,238
questionário 6	232	1	6	1,43	,829
questionário 7	232	1	4	1,12	,449
questionário 8	232	1	6	1,46	,815
questionário 9	232	1	5	1,36	,777
questionário 10	232	1	6	1,55	,961
questionário 11	232	1	6	1,58	1,003
questionário 12	231	1	5	1,15	,556
questionário 13	232	1	6	1,66	1,117
questionário 14	232	1	4	1,20	,554
questionário 15	232	1	5	1,18	,542
questionário 16	232	1	6	1,43	,880
questionário 17	232	1	6	1,34	,817
questionário 18	232	1	6	2,01	1,293
questionário 19	232	1	6	1,66	1,024
questionário 20	232	1	5	1,28	,675
questionário 21	232	1	4	1,41	,726
questionário 22	232	1	4	1,32	,741
questionário 23	232	1	3	1,03	,184
questionário 24	232	1	6	1,27	,841
questionário 25	232	1	6	1,16	,534
questionário 26	232	1	5	1,33	,788
questionário 27	232	1	4	1,19	,541
questionário 28	232	1	3	1,13	,344
questionário 29	231	1	4	1,26	,625
questionário 30	232	1	6	1,75	1,104
questionário 31	232	1	5	1,26	,722
questionário 32	232	1	5	1,23	,601
questionário 33	231	1	2	1,00	,066
questionário 34	232	1	6	1,54	1,031
questionário 35	232	1	4	1,16	,464
questionário 36	232	1	6	1,44	1,083
questionário 37	232	1	6	2,10	1,443
questionário 38	232	1	6	1,46	,934
questionário 39	232	1	6	1,25	,688
questionário 40	232	1	3	1,09	,316

questionário 41	232	1	6	1,82	1,178
questionário 42	232	1	5	1,43	,758
questionário 43	232	1	5	1,32	,729
questionário 44	232	1	5	1,24	,610
questionário 45	231	1	4	1,13	,438
questionário 46	231	1	6	1,61	1,078
questionário 47	232	1	6	1,32	,931
questionário 48	231	1	4	1,21	,536
questionário 49	231	1	6	1,50	,973
questionário 50	232	1	3	1,03	,216
questionário 51	232	1	5	1,22	,575
questionário 52	231	1	6	1,48	,894
questionário 53	232	1	5	1,19	,587
questionário 54	232	1	5	1,24	,619
questionário 55	232	1	6	1,38	,894
questionário 56	232	1	6	1,42	1,025
questionário 57	232	1	3	1,13	,369
questionário 58	232	1	3	1,01	,147
questionário 59	232	1	4	1,21	,574
questionário 60	232	1	5	1,22	,614
questionário 61	232	1	6	1,24	,633
questionário 62	232	1	4	1,02	,217
questionário 63	231	1	6	1,93	1,386
questionário 64	232	1	5	1,02	,270
questionário 65	232	1	5	1,13	,433
questionário 66	230	1	5	1,18	,544
questionário 67	231	1	4	1,30	,661
questionário 68	232	1	5	1,40	,744
questionário 69	232	1	3	1,05	,241
questionário 70	232	1	5	1,05	,391
questionário 71	232	1	6	1,63	,976
questionário 72	232	1	4	1,33	,718
questionário 73	231	1	2	1,01	,093
questionário 74	232	1	4	1,12	,486
questionário 75	232	1	5	1,35	,787
questionário 76	232	1	5	1,19	,587
questionário 77	232	1	6	1,99	1,259
questionário 78	231	1	5	1,55	,921
questionário 79	232	1	4	1,12	,419
questionário 80	231	1	5	1,21	,641
N válido (de lista)	221				

Anexo 2

Questionário para Detecção de Crianças em Situação de Risco Social

(Adaptado de Diaz-Aguado et al. (1999) por Martins, Figueira e Tavares (2012))

Dados de Identificação

Género: M <input type="checkbox"/>	F <input type="checkbox"/>
Idade: _____	Distrito: _____
Nível de Escolaridade _____	Data de Nascimento: ____/____/____
Código _____	Nº de Retenções _____

AS RESPOSTAS A ESTE QUESTIONÁRIO SÃO CONFIDENCIAIS.

Instruções

Seguidamente, encontrará uma série de afirmações que descrevem certos aspetos dos alunos e do seu meio familiar, tal como podem ser percebidos pelo professor. Pontue cada afirmação com um número entre **1 e 6**, rodeando com um círculo o número correspondente, tendo em conta que deve atribuir o **1** a afirmações que não correspondam em absoluto com o que observou e que as pontuações próximas a este se referirão a comportamentos ou aspetos pouco frequentes ou menos frequentes do que no resto dos alunos. A pontuação de **6** deve atribuir-se às afirmações que mais se aproximem com o que observou. Procure não deixar nenhuma questão por responder. As respostas que dará a este questionário são confidenciais.

PROCURE NÃO DEIXAR NENHUMA QUESTÃO POR RESPONDER

AGRADECEMOS A SUA COLABORAÇÃO

1 Apresenta um aspeto desnutrido	1	2	3	4	5	6
2 Tem um vocabulário pobre	1	2	3	4	5	6
3 Brinca ou deambula sozinho, sem amigos	1	2	3	4	5	6
4 Veste roupa pouco adequada para a estação do ano	1	2	3	4	5	6
5 Tem dificuldades para se expressar verbalmente	1	2	3	4	5	6
6 Os colegas não gostam dele	1	2	3	4	5	6

7	Aparece sujo à escola	1	2	3	4	5	6
8	As suas relações com os professores são distantes	1	2	3	4	5	6
9	Pensa que os outros lhe querem fazer mal	1	2	3	4	5	6
10	Tem mudanças bruscas de humor, sem motivo aparente	1	2	3	4	5	6
11	O seu trabalho é sujo e desordenado	1	2	3	4	5	6
12	Por vezes cheira mal	1	2	3	4	5	6
13	Chama à atenção constantemente	1	2	3	4	5	6
14	Às vezes tem problemas médicos que não são devidamente tratados	1	2	3	4	5	6
15	Destrói as coisas dos outros	1	2	3	4	5	6
16	Exibe condutas anti-sociais	1	2	3	4	5	6
17	Nega-se a falar	1	2	3	4	5	6
18	Tem dificuldades de aprendizagem	1	2	3	4	5	6
19	Difícilmente segue as instruções que lhe dão	1	2	3	4	5	6
20	Diz que ninguém gosta dele	1	2	3	4	5	6
21	Está tenso e rígido	1	2	3	4	5	6
22	Ameaça as pessoas	1	2	3	4	5	6
23	Arranca o cabelo a si próprio	1	2	3	4	5	6
24	Falta à escola por escasso interesse familiar	1	2	3	4	5	6
25	A criança realiza trabalhos impróprios para a sua idade	1	2	3	4	5	6
26	Costuma estar cansado	1	2	3	4	5	6
27	Manifesta atitudes defensivas perante uma aproximação física	1	2	3	4	5	6
28	Incumbem-lhe excessivas tarefas domésticas	1	2	3	4	5	6
29	Tem problemas dentais não tratados	1	2	3	4	5	6
30	Goza com os colegas	1	2	3	4	5	6
31	Quando adocece, as suas doenças prolongam-se ou repetem-se excessivamente	1	2	3	4	5	6
32	Parece ter medo dos seus pais	1	2	3	4	5	6
33	Já falou pelo menos uma vez em suicidar-se	1	2	3	4	5	6
34	Diz mentiras ou faz trapaça	1	2	3	4	5	6
35	Vem doente para a escola	1	2	3	4	5	6
36	Falta às aulas sem motivo	1	2	3	4	5	6
37	A sua família tem dificuldades económicas	1	2	3	4	5	6
38	Passa demasiado tempo sozinho quando está fora da escola	1	2	3	4	5	6
39	Mostra uma preocupação excessiva pelo sexo	1	2	3	4	5	6
40	Tem problemas de pele que não são tratados	1	2	3	4	5	6
41	O seu trabalho escolar é pobre	1	2	3	4	5	6
42	Desvaloriza-se	1	2	3	4	5	6
43	Tem medos excessivos ou inexplicáveis perante situações do quotidiano	1	2	3	4	5	6
44	Come ou bebe coisas que não são comida	1	2	3	4	5	6
45	Consome substâncias tóxicas	1	2	3	4	5	6
46	Não parece sentir-se culpado depois de condutas inadequadas	1	2	3	4	5	6
47	As suas faltas à escola raramente são justificadas	1	2	3	4	5	6
48	Os pais ameaçam a criança	1	2	3	4	5	6
49	A situação familiar é negativa para a criança	1	2	3	4	5	6
50	Existem indícios da criança já ter fugido de casa	1	2	3	4	5	6
51	É invejoso	1	2	3	4	5	6
52	Mostra-se alheado	1	2	3	4	5	6

53	Destrói as suas próprias coisas	1	2	3	4	5	6
54	Tem medo de se relacionar com o outro sexo	1	2	3	4	5	6
55	A sua família relaciona-se com a escola menos do que o habitual	1	2	3	4	5	6
56	Chega tarde às aulas sem justificação	1	2	3	4	5	6
57	Colabora em tarefas familiares que impedem o seu trabalho escolar	1	2	3	4	5	6
58	Apresenta indícios de problemas sexuais com adultos	1	2	3	4	5	6
59	Manuseia material pornográfico	1	2	3	4	5	6
60	Conta histórias inventadas e parece acreditar nelas	1	2	3	4	5	6
61	Prefere estar com crianças mais novas do que ele	1	2	3	4	5	6
62	Pratica a mendicidade	1	2	3	4	5	6
63	A sua família carece de rendimentos	1	2	3	4	5	6
64	Pratica pequenos furtos na rua	1	2	3	4	5	6
65	Pratica jogos de carácter sexual nada comuns para a sua idade	1	2	3	4	5	6
66	Os pais castigam fisicamente o filho	1	2	3	4	5	6
67	A criança provoca tensão entre os elementos da família	1	2	3	4	5	6
68	É desconfiado	1	2	3	4	5	6
69	Magoa-se a si próprio	1	2	3	4	5	6
70	Realiza pequenos furtos na escola	1	2	3	4	5	6
71	É reservado, guarda tudo para si próprio	1	2	3	4	5	6
72	Agride fisicamente as outras pessoas	1	2	3	4	5	6
73	Golpeia-se	1	2	3	4	5	6
74	Não quer voltar para casa	1	2	3	4	5	6
75	Envolve-se em lutas	1	2	3	4	5	6
76	Adormece algumas vezes na sala de aula	1	2	3	4	5	6
77	Tem muitas dificuldades em concentrar-se	1	2	3	4	5	6
78	Está triste	1	2	3	4	5	6
79	Ouve e vê coisas que não existem nesse momento	1	2	3	4	5	6
80	Manifesta conhecimentos sexuais pouco comuns para a sua idade	1	2	3	4	5	6